



## PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2017

### ÍNDICE

|  |    |
|--|----|
| I – INTRODUÇÃO   | 1  |
| II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA                        |    |
| A) Economia Mundial  | 2  |
| B) Economia Nacional   | 5  |
| C) Economia Regional   | 8  |
| III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS<br>REGIONAIS    |    |
| A) Administração Regional                                    | 25 |
| B) Fundos e Serviços Autónomos                               | 29 |
| C) Administração Local                                       | 31 |
| IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL                     |    |
| A) Orçamento da Receita                                      | 40 |
| B) Orçamento da Despesa                                      | 43 |
| C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos                 | 50 |
| D) Orçamento Consolidado do Sector Público<br>Administrativo | 54 |
| V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL                                  |    |
| A) Dívida Direta   | 56 |
| B) Aavales   | 57 |
| VI - SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL                     | 60 |
| Anexo I – Desenvolvimento das despesas constantes do Mapa IV |    |



## I – INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto na Lei de Enquadramento Orçamental da Região Autónoma dos Açores - Lei n.º 79/98 de 24 de novembro, na redação conferida pelas Leis n.º 62/2008, de 31 de outubro e n.º 115/2015, de 28 de agosto, e da demais legislação, o Governo dos Açores submete à aprovação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a proposta de Orçamento para o ano de 2017.

O Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2017, foi preparado tendo em consideração a Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro – Lei de Finanças das Regiões Autónomas e a Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro - Orçamento do Estado para 2017.

A presente proposta apresenta um montante de investimento público direto de 517,5 milhões de euros e tem por objetivo dar continuidade à dinamização da economia que consubstanciado com as políticas sectoriais do Governo permita que todos os sectores de atividade tenham crescimentos económicos e sociais sustentáveis.

Desta forma, o Governo Regional mantém o objetivo estratégico de consolidação das finanças públicas regionais, continuando a apostar fortemente no plano de investimentos, ao privilegiar o crescimento económico e o aumento da competitividade da economia, assegurando para o efeito, a todos os agentes económicos, a estabilidade e a confiança necessárias ao incremento dos seus investimentos.

A presente proposta de Orçamento atinge um valor global de 1.508,6 milhões de euros, dos quais 215,8 milhões de euros respeitam a operações extraorçamentais.

Prevê-se que as despesas de funcionamento dos serviços e organismos da administração regional atinjam os 688,6 milhões de euros, sendo financiadas quase integralmente pelas receitas próprias que se estimam em 688,4 milhões de euros, o que corresponde a uma taxa de cobertura de 99,9%.

A presente proposta de Orçamento para 2017 é, assim, no entender do Governo dos Açores, um instrumento adequado para dar continuidade ao desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores.



## II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA

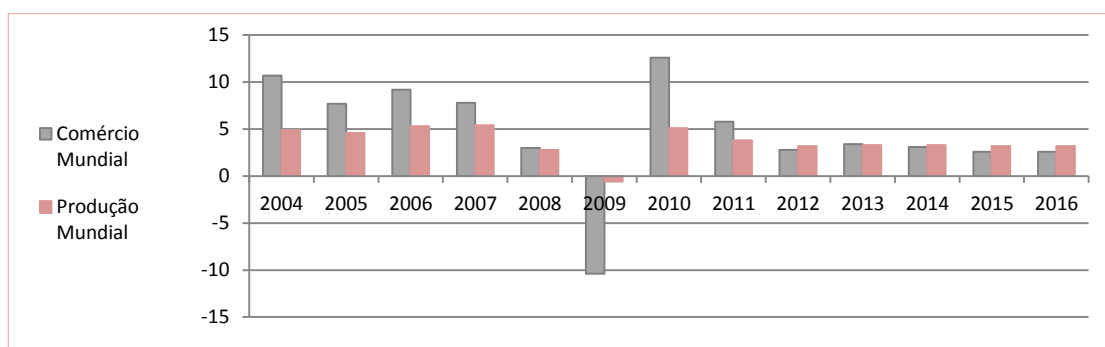
### A) ECONOMIA MUNDIAL

Os indicadores de atividade económica e de trocas de comércio internacionais mostram um padrão de crescimento moderado que vem decorrendo nos últimos anos e apresentando características diferentes das do período anterior à crise de 2008, quando o nível médio de crescimento das atividades era maior e, principalmente, a intensidade superior das trocas comerciais desempenhava o papel de fator de integração entre espaços económicos e de desenvolvimento na sua globalidade.

Esta mudança de padrão é observável nos diversos países e zonas económicas, mas é mais expressivo nas economias em desenvolvimento e emergentes do que nas avançadas. Antes da crise de 2008, o crescimento da produção nas economias em desenvolvimento e emergentes atingia intensidades que se traduziam em taxas médias anuais superiores às das economias avançadas em 4% a 5% mas, entretanto, as margens de diferenças têm vindo a reduzir-se para 3% a 2%.

Este fenómeno materializa-se a partir de tendências de desaceleração, como o caso da China, mas também decorre do envolvimento de situações com aspetos mais problemáticos, como os das crises na Rússia e no Brasil.

Atividade económica e comércio internacionais.  
(taxa de variação anual)



As evoluções dos preços evidenciam uma desaceleração no período posterior à crise de 2008, parecendo também fazer parte dos processos económicos referidos nos parágrafos anteriores sobre produção e comércio.

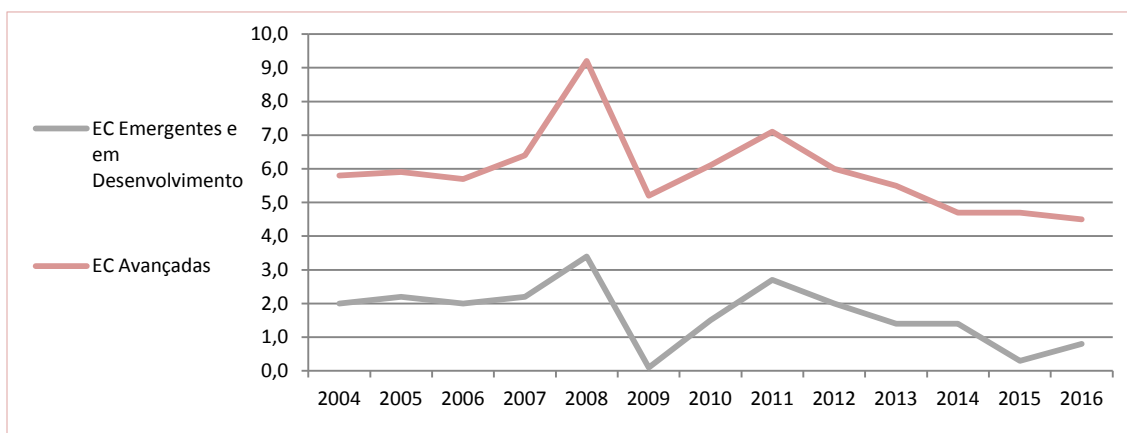


Entretanto a aproximação entre preços nas economias avançadas e nas em desenvolvimento ou nas emergentes será menor, ao mesmo tempo que haverá maior variabilidade em conformidade com especializações produtivas e condições internas aos países e zonas monetárias.

Países em desenvolvimento e emergentes continuam com índices de preços mais elevados, mas os exportadores de petróleo registaram as maiores desacelerações.

Países de economias avançadas continuam a apresentar índices médios de preços a níveis mais baixos e próximos de 2%, mas situações como as de crises financeiras e de dívidas soberanas facilitaram fenómenos de maior instabilidade.

Inflação  
(taxa de variação anual)



No âmbito dos mercados financeiros, indicadores monetários e de atividade do sistema bancário apontam no sentido de mudanças mais intensas e significativamente distintas das observadas nos mercados de produção e comércio de bens.

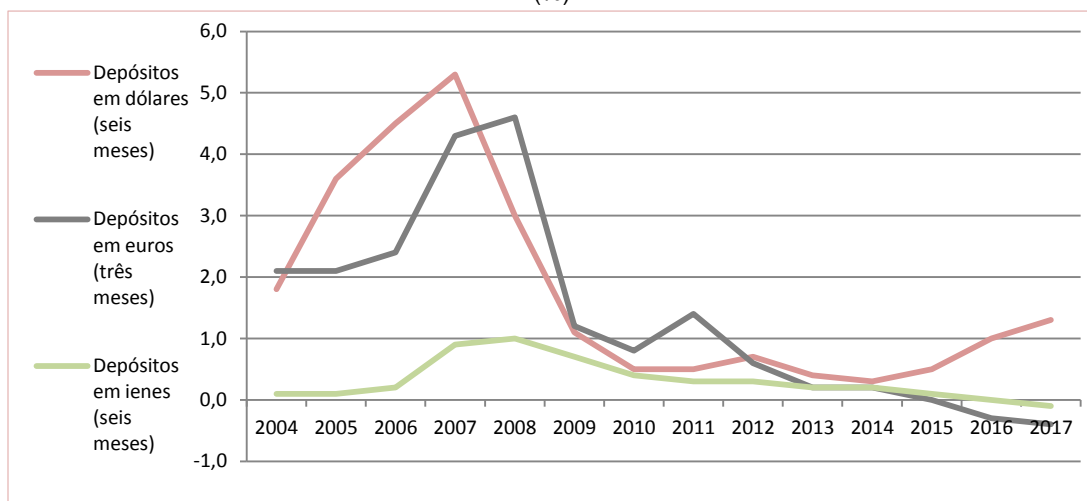
Efetivamente, depois da forte queda de taxas de juros no mercado monetário em 2008, verificou-se um agravamento com taxas de juro a descerem para níveis de rentabilidade nula.

Sinais de recuperação só aparecem desde 2015 nos Estados Unidos da América após a intensa e persistente política monetária expansionista do banco central.



### Taxa Interbancária de Londres (LIBOR)

(%)



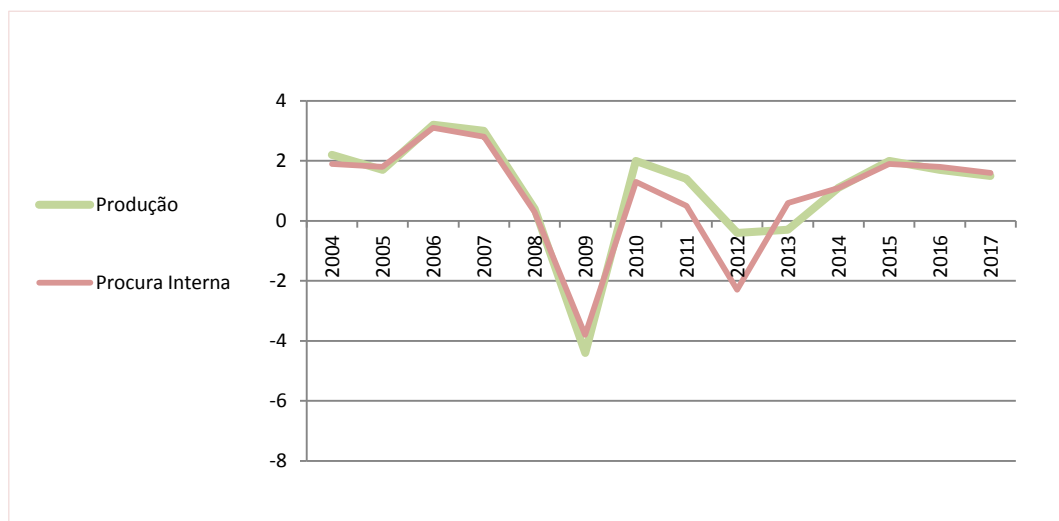
A atividade económica na zona Euro, depois da relativa contenção/contração da procura interna durante o triénio de 2010 a 2012, aproximou-se de um crescimento do produto à taxa média anual de 2%, retomando um ritmo comparável ao da sua respetiva procura interna.

Consumos privado e público acompanham, mas não ultrapassam, o crescimento da produção.

Já a procura determinada pela formação bruta de capital fixo tem assumido a sua função de relançamento e retoma da atividade com taxas de variação superiores à média.

### Área do euro – Produção e procura interna

(taxa de variação anual)





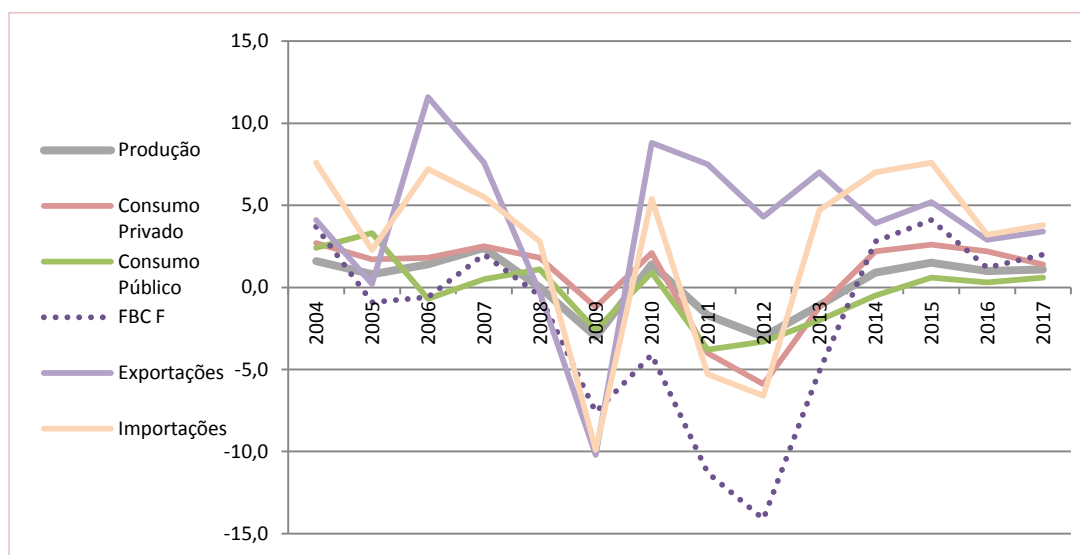
## A) ECONOMIA PORTUGUESA

A economia portuguesa, depois da depressão acompanhada de forte e extensa contração da procura interna a partir de 2011, voltou a terreno positivo depois de 2014.

Nesta fase de recuperação, a procura interna contribuiu para a aceleração do crescimento através dos agregados de consumo privado e de formação bruta de capital fixo, continuando o consumo público a situar-se em níveis de contenção de despesas.

Entretanto, se a relativa aceleração de componentes da procura interna implicou algum desvio de consumo para o exterior através das importações, as exportações mantiveram-se dentro da linha de tendência que consegue valorizar produtos nacionais no âmbito de mercados externos.

Produto e Componentes da Procura  
(taxa de variação anual)



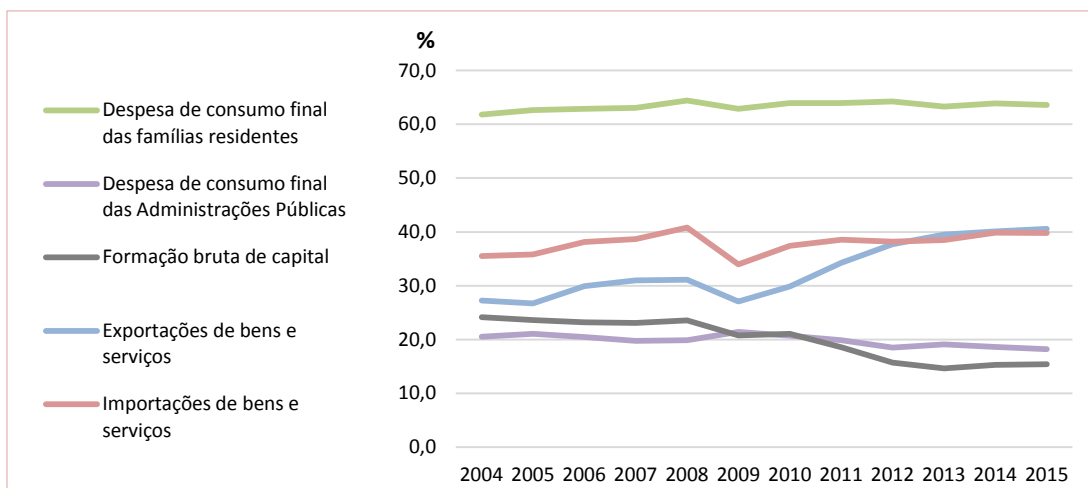
Na sequência deste ciclo produtivo e de políticas macroeconómicas associadas, é possível observar algumas alterações significativas na composição da procura agregada.

É o caso da redução do peso das despesas das administrações públicas no PIB, tendo o peso da FBCF sido o mais atingido, enquanto as despesas de consumo continuaram na sua ordem de grandeza de mais de 60% do PIB.

No sector com o exterior notou-se uma progressão das exportações para níveis compatíveis com a necessidade de equilíbrio comercial com as outras economias.



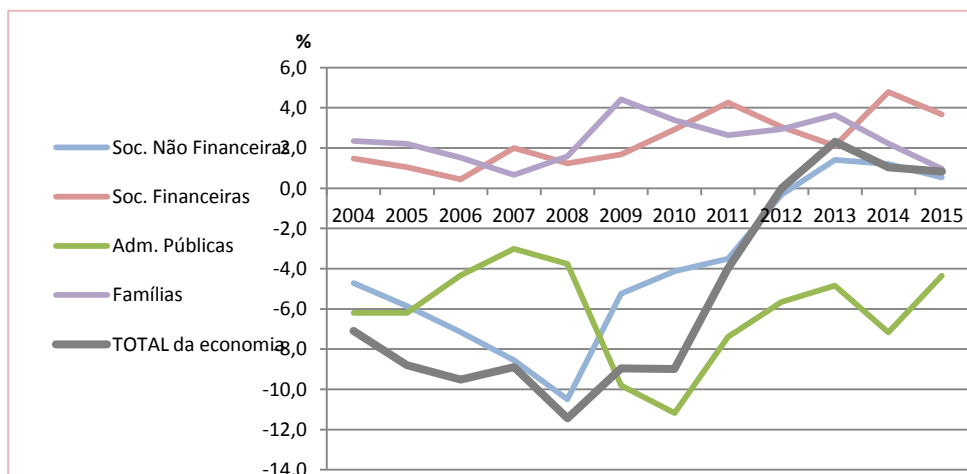
Produto - ótica da despesa  
(% do PIB)



A evolução da balança comercial com o exterior permitiu a passagem de uma necessidade de financiamento da economia, que atingia cerca de 10% do PIB antes da crise de 2008, para uma capacidade moderada, mas efetivamente positiva, depois de 2012.

Observando o financiamento da economia portuguesa junto de entidades estrangeiras e segundo a respetiva responsabilidade por agentes económicos nacionais, verifica-se que aquela evolução ocorreu através das Sociedades não financeiras, na medida em que passaram a dispor de capacidade de financiamento e, assim, associarem-se às Famílias e às Sociedades financeiras. Já as Administrações Públicas continuam a necessitar de financiamento externo.

Balança externa e capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento.  
(milhões de euros)



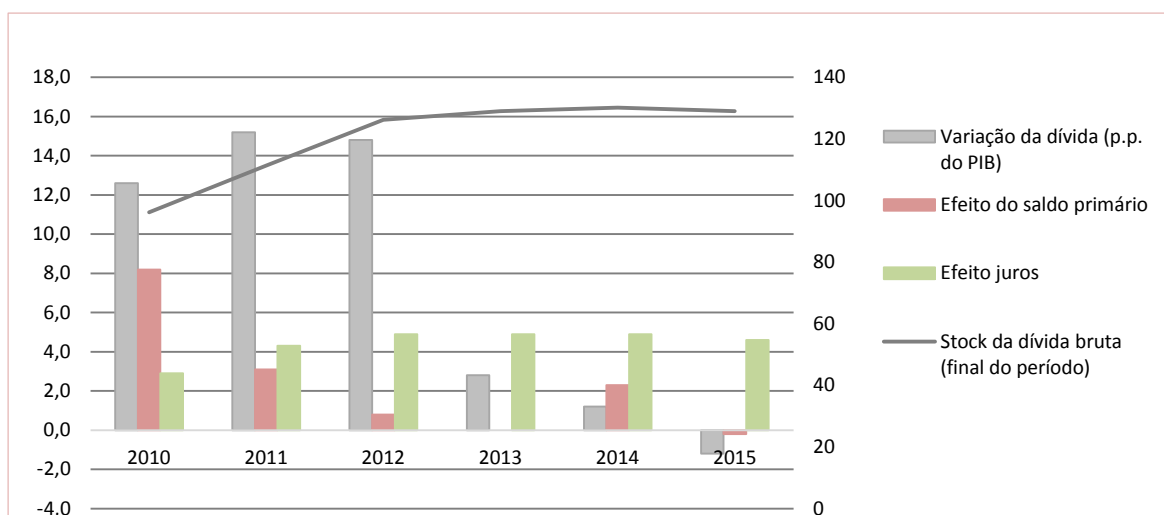


A Dívida das Administrações Públicas tem vindo a estabilizar e registou um primeiro decréscimo de 1,2 p.p. do PIB em 2015.

Para esta evolução tem contribuído particularmente a política orçamental de redução do défice primário.

Já o efeito de encargos com juros tem-se mantido próximo de 5% do PIB.

Financiamento e Dívida  
(% do PIB)







## C – Economia Regional

### A Produção interna

O valor preliminar de 3 785 milhões de euros do PIB nos Açores, em 2015, representou um crescimento nominal à taxa média anual de 2,1% e real à de 1,7%, sendo superior à registada a nível nacional.

Esta evolução anual sucede-se à de um crescimento económico na Região, que foi praticamente coincidente a nível do país, principalmente no período mais agudo do processo de ajustamento financeiro.

Globalmente, a produção económica a nível regional tem vindo a assegurar o posicionamento da Região Autónoma dos Açores no contexto do país.

#### Produto Interno Bruto – (Base 2011), a preços de mercado

Unid.: Milhões de Euros

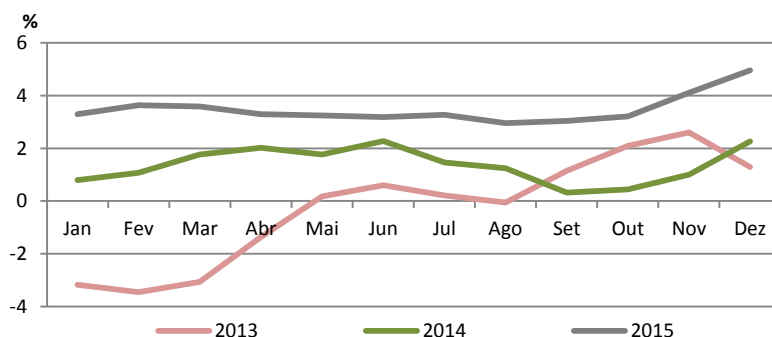
|        | Açores | País    | Açores/País % | PIB per capita (mil euros) | PIB per capita (País=100) | PIB per capita PPC (UE28=100) |
|--------|--------|---------|---------------|----------------------------|---------------------------|-------------------------------|
| 2012   | 3 610  | 168 398 | 2,14          | 14,6                       | 91                        | 70,6                          |
| 2013   | 3 663  | 170 269 | 2,15          | 14,8                       | 91                        | 70,3                          |
| 2014   | 3 706  | 173 079 | 2,14          | 15,0                       | 90                        | 69,2                          |
| 2015Pe | 3 785  | 179 540 | 2,11          | 15,4                       | 89                        | 68,2                          |

Pe = Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2011).

A evolução intranual, durante o ano de 2015, acompanhada pelo Indicador de Atividade Económica do SREA, mostra valores mensais superiores aos dos anos anteriores e, também, revela uma certa aceleração nos últimos meses que é atribuída, essencialmente, ao aumento em indicadores relacionados com o turismo, nomeadamente “Passageiros desembarcados por via aérea” e “Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros”.

#### Indicador de Atividade Económica (IAE)





O Valor Acrescentado Bruto (VAB) regional, a preços correntes, atingiu o valor de 3 301,3 milhões de euros em 2015, prosseguindo numa linha de crescimento, cuja trajetória aponta no sentido da retoma económica após a declarada fase recessiva, com variações anuais negativas nos anos de 2011 e de 2012.

Para o registo de crescimento do VAB destaca-se o contributo do ramo de Comércio, Transportes, Alojamento e Restauração pela intensidade e pelos efeitos decorrentes da sua representatividade no âmbito das atividades económicas em geral.

Os ramos de Agricultura e Pescas mais o de Indústrias, Água e Saneamento, grosso modo e em termos mais práticos, das atividades agroindustriais e transformadoras, mantiveram o seu peso no âmbito da produção na região, representando conjuntamente 18,4% do total do VAB em 2015, exatamente o mesmo valor do ano anterior.

O ramo da construção voltou a decrescer, a uma intensidade mais contida, é certo, mas ainda negativa, à taxa média anual de -1,2%. Ao contrário, o ramo do imobiliário, que abrange aluguer, gestão e atividades de agentes para avaliação e comércio de bens imobiliários, continuou a crescer dentro de uma linha de regularidade bem definida.

#### VAB por Ramos de Atividades Económicas

|        | Total   | Preços Correntes Unid.: 106 euros |                               |            |   |                          |                    |             |                               |                              |                 |
|--------|---------|-----------------------------------|-------------------------------|------------|---|--------------------------|--------------------|-------------|-------------------------------|------------------------------|-----------------|
|        |         | Agricultura e Pesca               | Indústrias, Água e Saneamento | Construção | Comércio, Transportes, Alojamento e Restauração | Informação e Comunicação | Finanças e Seguros | Imobiliário | Técnico Científico Apoio Adm. | Administração e Serviços Pú. | Outros Serviços |
| 2012   | 3 159,1 | 297,9                             | 271,1                         | 154,5      | 779,1   | 60,2                     | 109,6              | 393,0       | 108,9                         | 880,4                        | 104,0           |
| 2013   | 3 221,7 | 299,7                             | 291,0                         | 131,5      | 782,3   | 54,7                     | 87,9               | 419,6       | 111,4                         | 937,9                        | 105,6           |
| 2014   | 3 240,8 | 317,8                             | 277,1                         | 123,0      | 763,1   | 54,2                     | 97,2               | 429,5       | 114,2                         | 955,1                        | 109,6           |
| 2015Pe | 3 301,3 | 315,4                             | 291,3                         | 121,5      | 793,3   | 55,6                     | 103,7              | 433,0       | 117,0                         | 956,8                        | 113,8           |

Pe: Resultados preliminares.

Fonte: INE. Contas Regional (base 2011).

Os dados disponíveis sobre FBCF, que ainda não incluem valores para o ano de 2015, traduzem-se em 494,2 milhões de euros durante o ano de 2014. Este valor integrar-se-á basicamente numa fase de contração de investimento registada a nível nacional, mas já revelando indícios de desaceleração na quebra.

Efetivamente, o decréscimo à taxa média anual de -8,7% em 2014, é mais moderado do que o de -14,7 no ano anterior e, ainda mais, do que a quebra máxima de -20,6% durante o ano de 2011, em plena fase aguda da crise.



Este tipo de variação global de atividade condensa os efeitos das atividades dos ramos mais representativos em termos de volumes de investimento, quer em atividades de exploração, quer noutras mais associadas a infraestruturas.

Entretanto, assinala-se, os investimentos nos ramos correspondentes aos sectores primários, de transformação e de construção que registaram acréscimos significativos.

#### FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

Unid.: milhões de Euros

|      | Total | Agricultura e Pesca | Indústrias Água Saneamento | Construção | Comércio Transportes Alojamento Restauração | Informação Comunicação | Finanças Seguros | Imobiliário | Técnico científico Apoio Adm. | Administração Serviços Púb | Outros Serviços |
|------|-------|---------------------|----------------------------|------------|---|------------------------|------------------|-------------|-------------------------------|----------------------------|-----------------|
| 2012 | 634,3 | 36,2                | 109,9                      | 17,1       | 141,9                                       | 29,7                   | 4,3              | 82,5        | 13,1                          | 193,4                      | 6,3             |
| 2013 | 541,1 | 33,7                | 56,1                       | 10,4       | 106,1                                       | 28,1                   | 6,4              | 73,0        | 16,7                          | 204,7                      | 5,9             |
| 2014 | 494,2 | 40,3                | 70,0                       | 12,1       | 86,4  | 30,6                   | 0,8              | 80,8        | 26,7                          | 128,0                      | 18,3            |

Fonte: INE. Contas Regional (base 2011).

O Rendimento Primário obtido através da participação dos agentes económicos no processo produtivo cifrou-se em 2 786,1 milhões de euros no ano de 2014, sendo a sua principal componente, a de remuneração dos empregados, significativamente mais representativa do que a originada em excedentes de exploração.

Considerando as operações sobre o Rendimento Primário, líquidas de impostos, contribuições, prestações sociais e transferências, obtém-se um Rendimento Disponível de 2 790,7 milhões de euros naquele mesmo ano.

#### Rendimentos

Unidade: Milhões de euros

|      | Rendimento Primário Bruto | Rendimento Disponível Bruto |
|------|---------------------------|-----------------------------|
| 2011 | 2 862,1                   | 2 942,3                     |
| 2012 | 2 724,7                   | 2 774,5                     |
| 2013 | 2 774,5                   | 2 776,9                     |
| 2014 | 2 786,1                   | 2 790,7                     |

Fontes: INE. Contas Regionais (base 2011)

#### Mercado de trabalho

Os dados sobre o mercado de trabalho do Inquérito ao Emprego, para o ano de 2015, confirmaram o sentido da evolução já delineada no ano anterior, prosseguindo o crescimento do volume de emprego e reduzindo o do desemprego.

Considerando esta evolução e, por outro lado, tendo presente que o volume de população total praticamente se manteve estabilizado à volta da mesma ordem de grandeza, conclui-se que se registaram condições mais favoráveis no mercado de trabalho, atingindo um



elevado nível de atividade à taxa média anual de 49,4% e um grau de desemprego menos grave do que os dos últimos anos, com a taxa de 12,8% significativamente inferior à de 16,3% em 2014.

#### Condição da População Perante o Trabalho

|                               | Nº Indivíduos |         |         |         |
|-------------------------------|---------------|---------|---------|---------|
|                               | 2012          | 2013    | 2014    | 2015    |
| População total               | 249 463       | 246 352 | 247 535 | 247 358 |
| População Ativa               | 120 640       | 119 838 | 121 583 | 122 315 |
| Empregada                     | 102 221       | 99 459  | 101 768 | 106 715 |
| Desempregada                  | 18 419        | 20 380  | 19 815  | 15 600  |
| Tx. de Atividade (%)          | 48,9          | 48,6    | 49,1    | 49,4    |
| Tx. de Atividade Feminina (%) | 40,5          | 41,6    | 43,1    | 43,4    |
| Tx. de Desemprego (%)         | 15,3          | 17,0    | 16,3    | 12,8    |

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Para o crescimento do emprego em 2015, que atingiu a taxa média de 4,8%, contribuiu sobretudo o sector terciário com uma taxa média na ordem de 7%. Já o sector primário registou um decréscimo a uma taxa média anual na ordem de 6%, o que implicou a redução da sua participação no mercado de trabalho, passando a representar 11,4% em 2015, enquanto no ano anterior apresentara 12,7%.

O crescimento do sector secundário situou-se a um nível próximo da média para o conjunto das atividades, continuando a representar 15,5% do total. A intensidade de crescimento deste sector decorreu da evolução nas indústrias transformadoras, tendo o ramo da construção registado um crescimento positivo mas com expressão mínima e sem efeito significativo para influenciar o ritmo de atividades conexas.

O crescimento no sector terciário incorporou a evolução de serviços com crescimento moderado e regular, mas resultou sobretudo de um impulso em atividades de ordem mais comercial.



### População Ativa Empregada por Setores de Atividade

|                   | %            |              |              |              |
|-------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
|                   | 2012         | 2013         | 2014         | 2015         |
| Sector Primário   | 14,3         | 12,9         | 12,7         | 11,4         |
| Sector Secundário | 15,9         | 14,5         | 15,5         | 15,5         |
| Sector Terciário  | 69,8         | 72,6         | 71,8         | 73,1         |
| <b>Total</b>      | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> |

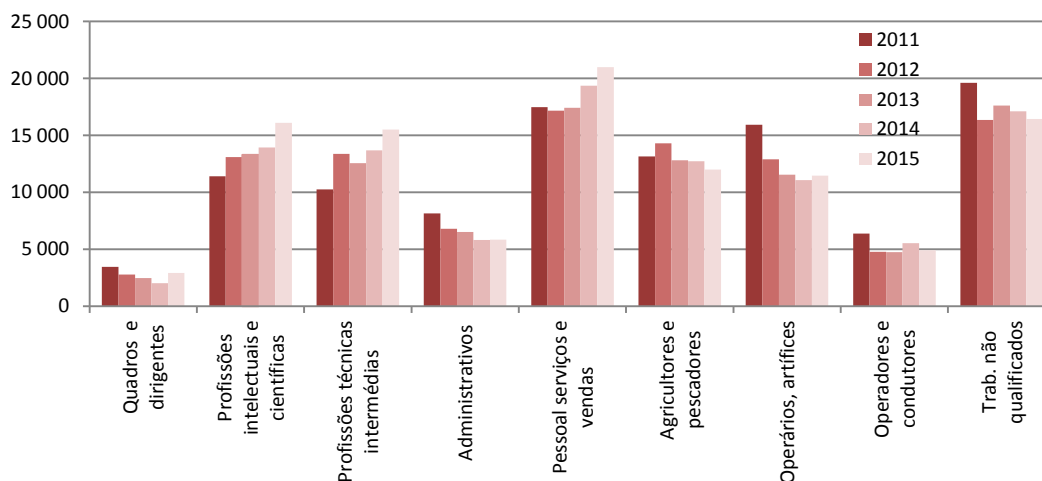
\* Nova série.

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Observando a evolução do emprego, segundo as profissões verifica-se que durante o ano de 2015, nomeadamente entre os grupos profissionais mais representativos, é enquadrável nas linhas de tendência de anos anteriores.

Isto é, reforço e alargamento de profissões com maior exigência, complexidade e responsabilidade em contraponto a outras com características de operacionalidade mais direta e imediata.

### População Ativa Empregada, por Profissão



### Preços no consumidor

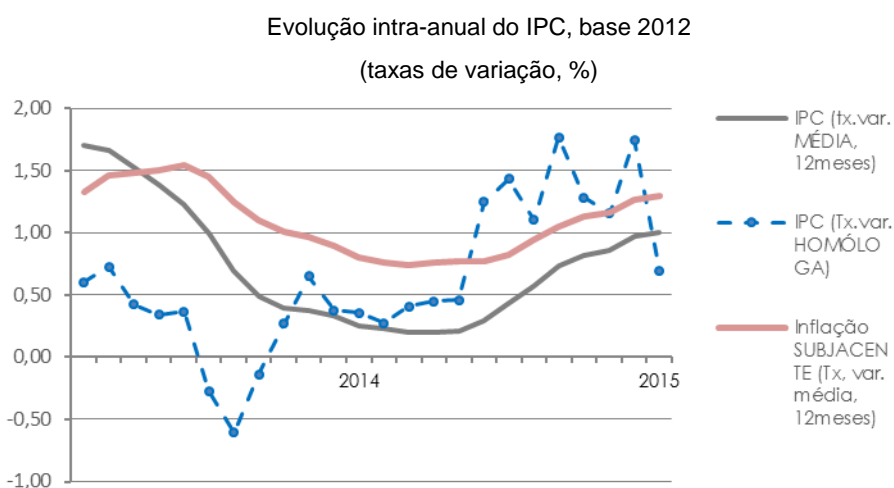
O Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média de 1% em 2015 (medida no final do ano – dezembro), que compara a 0,3% no ano anterior.

Observando também o IPC, mas em termos de variação mensal de dezembro de 2015 com o seu homólogo de 2014, obtém-se as taxas de 0,7% e 0,4% respetivamente.



Desta forma, a evolução dos preços em 2015 revelou um crescimento com sinais de amplitudes moderadas mas que, considerando a trajetória delineada desde o ano anterior, aponta no sentido da inversão de tendência.

O indicador de inflação subjacente, excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados, mostra o efeito de redução do nível de preços em geral, que vem sendo exercido no período em observação.



As classes que mais contribuíram para o crescimento de preços foram as de Bebidas Alcoólicas e Tabaco, de Comunicações e, também, de Habitação, Água, Eletricidade, Gás e outros combustíveis.

Por outro lado, as classes que mais contribuíram para a moderação de preços foram as de Transportes, de Vestuário e Calçado e, também, de Lazer, Recreação e Cultura.



Variação e Contribuição por Classes de Despesa, em 2015

Unidade: %

| Classes  | Variação de preços | Ponderadores (peso) | Contribuição |
|--|--------------------|---------------------|--------------|
| 1. Alimentares e Bebidas não Alcoólicas                      | 0,8                | 27,7                | 0,2          |
| 2. Bebidas Alcoólicas e Tabaco                               | 9,8                | 5,2                 | 0,5          |
| 3. Vestuário e Calçado                                       | -1,7               | 6,1                 | -0,1         |
| 4. Habitação, Água, Eletricidade, Gás e Outros Combustíveis  | 2,6                | 8,4                 | 0,2          |
| 5. Acessórios, Equip. Domést. e Manut. Corrente da Habitação | 1,2                | 5,9                 | 0,1          |
| 6. Saúde   | 1,3                | 8,6                 | 0,1          |
| 7. Transportes   | -2,7               | 13,7                | -0,4         |
| 8. Comunicações  | 4,2                | 4,7                 | 0,2          |
| 9. Lazer, Recreação e Cultura                                | -0,7               | 4,5                 | 0,0          |
| 10. Educação   | 2,4                | 0,9                 | 0,0          |
| 11. Hotéis, Cafés e Restaurantes                             | 1,1                | 6,3                 | 0,1          |
| 12. Bens e Serviços Diversos                                 | 0,7                | 8,1                 | 0,1          |
| Total  | 1,0                | 100,0               | 1,0 *        |

\*Total não corresponde ao somatório das parcelas, por efeitos de arredondamentos e escala numérica.

Fonte: SREA.

### Comércio Internacional

As importações de bens totalizaram 131,9 milhões de euros durante o ano de 2015, o que representa um decréscimo nominal de 3,4% em relação ao ano anterior.

Já o total de 104,1 milhões de euros de exportações de bens incorpora um acréscimo nominal de 9,2% no mesmo período.



Sendo assim, a evolução das trocas comerciais com países estrangeiros proporcionou um grau de cobertura maior das exportações em relação às importações, que se traduziu numa taxa de 79,0% em 2015, enquanto no ano anterior fora de 69,9%.

#### Comércio Internacional de Mercadorias

|                       | 1 000 Euros    |                |                |                |                |                |
|-----------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|                       | 2010           | 2011           | 2012           | 2013           | 2014           | 2015           |
| Importações           | 230 549        | 179 197        | 203 999        | 190 982        | 136 522        | 131 864        |
| Exportações           | 83 082         | 117 116        | 109 670        | 124 443        | 95 368         | 104 120        |
| <b>Total</b>          | <b>313 631</b> | <b>296 314</b> | <b>313 668</b> | <b>315 426</b> | <b>231 890</b> | <b>235 984</b> |
| Taxa de Cobertura (%) | 36,0           | 65,4           | 53,8           | 65,2           | 69,9           | 79,0           |

Fonte: INE, Base de dados: definitivos até 2014 e provisórios para 2015.

Esta evolução durante o ano de 2015 aproxima-se das situações observadas nos últimos anos, com as variações das vendas para o estrangeiro a manterem-se a níveis relativamente mais elevados do que as variações de compras a fornecedores do estrangeiro.

Efetivamente, conforme se pode observar no gráfico seguinte, com as importações e exportações a preços correntes, mas representadas através de um índice com base em 2005, há uma evidência a partir de 2011 de uma progressão mais acentuada das exportações.

Importações e Exportações a preços correntes  
Índice base 2005=100



Os produtos alimentares e bebidas agregam a componente mais expressiva das trocas com o exterior e com características de especialização comercial exportadora evidenciadas através de saldos anuais positivos.

Os fornecimentos industriais estão mais associados a despesas de investimento e com volumes que se têm mantido na ordem de 40 milhões de euros de deficit.

Já os combustíveis e lubrificantes desempenham, principalmente, funções de abastecimento interno. O desagravamento do seu saldo comercial poderá beneficiar de alguns





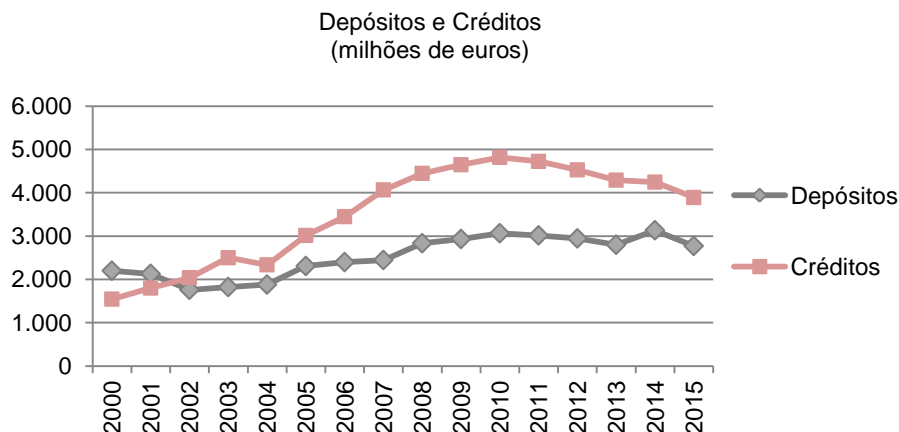
fatores de racionalidade em consumos e produções de energia a nível interno, mas as quebras de preços de petróleo nos mercados internacionais serão elementos geradores de efeitos mais imediatos em termos do valor das importações em relação às exportações e, consequentemente, no próprio grau de cobertura das trocas com o exterior na sua globalidade e já referido/constatado anteriormente, nos parágrafos iniciais.

### Moeda e crédito

A atividade bancária na RAA concedeu créditos, sob a forma de empréstimos aos diversos agentes económicos, que se traduziram no final do ano de 2015 num montante de 3 889 milhões de euros.

Este valor, em linhas gerais, prosseguiu a trajetória decrescente que já se vinha observando desde 2011.

Por sua vez, os depósitos captados, depois do acréscimo em 2014, voltaram a inserir-se na trajetória também observável a partir daquele mesmo ano de 2011.



A descrição anterior sobre o comportamento das duas variáveis de exploração bancária destaca os sentidos negativos das trajetórias de ambas.

Todavia, as respetivas diferenças de intensidade conduziram ao aumento relativo do grau de transformação de poupanças em investimento.

De facto, o rácio créditos/depósitos traduziu-se em 140,3% em 2015, enquanto no ano anterior fora de 135,5.



### Depósitos e Créditos Bancários

| Evoluções                      | Depósitos | Créditos <sup>1)</sup> | 10 <sup>6</sup> Euros  |
|--------------------------------|-----------|------------------------|------------------------|
|                                |           |                        | Créditos/Depósitos (%) |
| Absoluta                       |           |                        |                        |
| 2012                           | 2 945     | 4 527                  | 153,7                  |
| 2013                           | 2 799     | 4 291                  | 153,3                  |
| 2014                           | 3 133     | 4 245                  | 135,5                  |
| 2015                           | 2 771     | 3 889                  | 140,3                  |
| Relativa Nominal ( $\Delta$ %) |           |                        |                        |
| 2012                           | -2,3      | -4,1                   |                        |
| 2013                           | -5,0      | -5,2                   |                        |
| 2014                           | +11,9     | -1,1                   |                        |
| 2015                           | -11,6     | -8,4                   |                        |

1) Não inclui crédito titulado.

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico, [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt).

### Depósitos

O decréscimo geral de depósitos é compaginável com o desempenho efetivo das atividades produtivas e das condicionantes decorrentes de políticas económicas de reajustamentos macro a nível do país.

Todavia, a intensidade de variação dos depósitos (taxa média anual de -11,6%) faz admitir a hipótese de um efeito de correção do forte crescimento conjuntural no ano anterior, quando atingiu a taxa média anual de 11,9%.

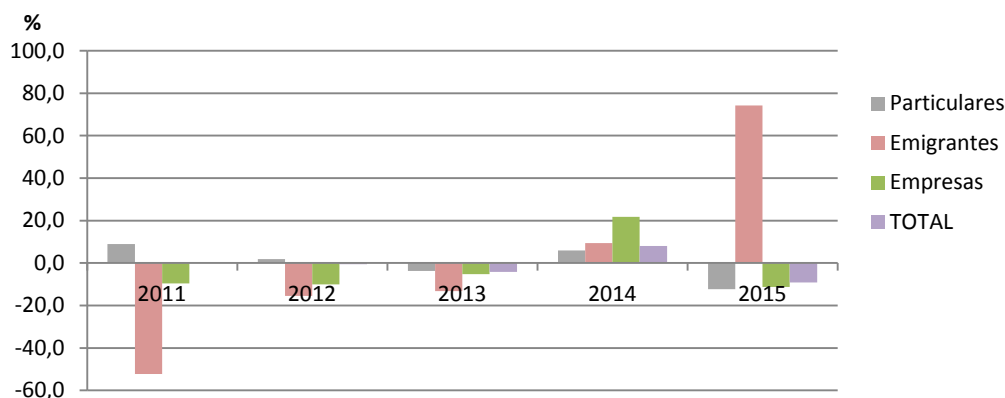
O decréscimo dos depósitos decorreu através da retração de poupanças de pessoas residentes no país e, também, de excedentes de exploração em empresas, já que os de residentes no estrangeiro (emigrantes) registaram, ao contrário, uma expansão.

Este crescimento de depósitos de residentes no estrangeiro atingiu um nível expressivo, como que prosseguindo uma tendência de recuperação já iniciada em momentos anteriores.

Todavia, são os depósitos de residentes no país que, representando cerca de 80% do volume total acabam por determinar o sentido de variável global durante o ano económico respetivo.



Depósitos bancários por aforradores  
(Taxa de variação média anual)



### Créditos

A intensidade do decréscimo de créditos em 2015, que atingiu a taxa média anual de -8,4%, corresponde a um desvio significativo face aos sinais de desagravamento que aparentemente vinham sendo revelados, com taxas médias de variação anual mais moderadas e apontando mesmo no sentido de um certo reequilíbrio.

Todavia, esta redução de créditos mais acentuada em 2015, será compatível com movimentos no âmbito da economia portuguesa na sua globalidade, já que manteve nesse contexto uma representatividade idêntica, isto é, cerca de 1,9% do total.

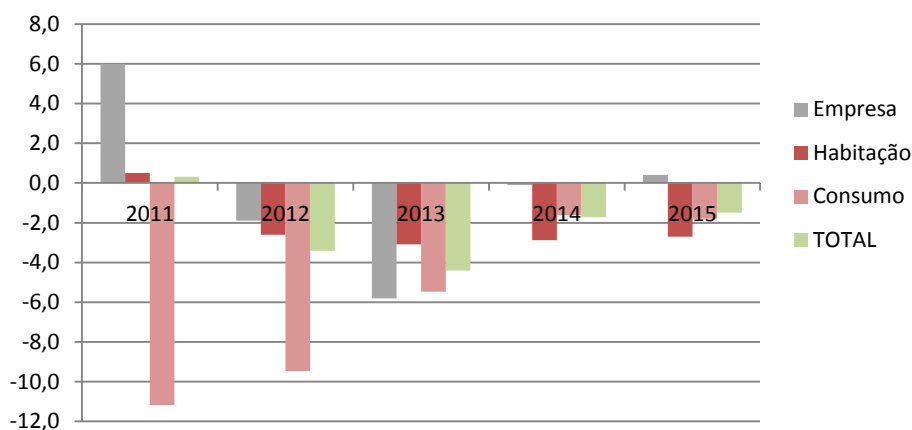
A composição da carteira dos créditos segundo os agentes económicos continuou a revelar a importância dos empréstimos às famílias para habitação em termos dos seus efeitos para a evolução geral.

Entretanto, a observação dos elementos no gráfico seguinte induz duas notas mais em evidência:

- o crédito às famílias para consumo, depois de fortes quebras entre 2011 e 2013, está a seguir mais de perto as variações a nível geral;
- o crédito às empresas registou uma variação moderada mas significativa, por ser positiva e, aparentemente, por apontar no sentido de alguma consistência em termos de trajetória de evolução cíclica.



Créditos Concedidos a Agentes Económicos  
(Taxa de variação média anual)



## Finanças Públicas

### Evolução Geral

As despesas correntes mais as de capital e as do plano totalizaram 1 047,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015, o que representa um acréscimo nominal de 5,7% em relação ao ano anterior.

A cobertura financeira daquelas despesas e da respetiva evolução distribuiu-se entre as grandes rubricas de receitas fiscais, de transferências e de empréstimos, conforme estrutura observada nos últimos exercícios.

Contudo, no exercício de 2015, se as receitas fiscais, cobrindo 60,9% do financiamento, continuaram a representar a principal fonte de recursos anuais para o orçamento, foi a de empréstimos que se evidenciou em termos de reforço do seu contributo, atingindo 6,6% do total, face a 4,9% no ano anterior.

Já a outra grande fonte de financiamento, a de transferências, manteve a sua representatividade na mesma ordem de grandeza, na casa dos 31%.



### Aplicações e Financiamento — Conta da RAA

|                          | Montante<br>(Milhões de Euros) |         |       |         | Estrutura<br>% |       |       |       |
|--------------------------|--------------------------------|---------|-------|---------|----------------|-------|-------|-------|
|                          | 2012                           | 2013    | 2014  | 2015    | 2012           | 2013  | 2014  | 2015  |
| DESPEASAS                | 1 028,8                        | 1 127,8 | 990,3 | 1 047,1 | 100,0          | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Despesas Correntes       | 575,5                          | 674,6   | 652,8 | 664,6   | 55,9           | 59,8  | 65,9  | 63,5  |
| Despesas de Capital      | 128,0                          | 80,6    | 19,8  | 19,7    | 12,4           | 7,1   | 2,0   | 1,9   |
| Despesas do Plano        | 325,3                          | 372,6   | 317,7 | 362,8   | 31,6           | 33,1  | 32,1  | 34,6  |
| RECEITAS (Corr.+Capital) | 1 029,5                        | 1 127,8 | 990,3 | 1 047,1 | 100,0          | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Receitas fiscais *       | 438,1                          | 562,3   | 625,6 | 638,0   | 42,6           | 49,8  | 63,2  | 60,9  |
| Transferências           | 444,7                          | 445,7   | 308,8 | 330,8   | 43,2           | 39,5  | 31,2  | 31,6  |
| Empréstimos              | 142,0                          | 111,4   | 49,0  | 69,0    | 13,7           | 9,9   | 4,9   | 6,6   |
| Outras                   | 4,7                            | 8,4     | 6,9   | 9,3     | 0,5            | 0,8   | 0,7   | 0,9   |

\*Impostos mais taxas, incluindo contribuições para a Segurança Social.

Fonte: Conta da R. A. A., DROT.

### Despesas

O acréscimo de 5,7% do agregado de despesas em 2015, decorreu sobretudo do valor registado nas Despesas do Plano, enquanto as despesas correntes registaram um crescimento mais contido e as de capital até decresceram.

De facto, as Despesas Correntes de 664,6 milhões de euros incorporaram uma variação média anual à taxa de 1,8%, enquanto as Despesas de Capital de 19,7 milhões de euros corresponderam a uma taxa de -0,6% no mesmo período.

### Despesas – Conta da RAA

| Despesas                                      | Milhares de Euros |           |           |
|---|-------------------|-----------|-----------|
|   | 2013              | 2014      | 2015      |
| Despesas Correntes                            | 674 595           | 652 785   | 664 570   |
| Despesas com Pessoal                          | 304 116           | 303 731   | 304 750   |
| Aquisição de bens e Serviços correntes        | 13 811            | 13 419    | 13 593    |
| Encargos correntes da dívida (juros e outros) | 15 135            | 15 651    | 14 087    |
| Transferências correntes                      | 331 138           | 309 031   | 321 120   |
| Subsídios                                     | 0                 | 0         | 0         |
| Outras despesas correntes                     | 10 395            | 10 953    | 11 020    |
| Despesas de Capital                           | 80 634            | 19 785    | 19 661    |
| Aquisição de bens de capital                  | 272               | 260       | 358       |
| Ativos financeiros                            | 0                 | 0         | 0         |
| Passivos financeiros (amortizações)           | 29 980            | 19 143    | 19 143    |
| Transferências de capital                     | 0                 | 0         | 0         |
| Outras despesas de capital                    | 382               | 382       | 160       |
| Despesas do Plano                             | 372 614           | 317 772   | 362 792   |
| Contas de Ordem / Operações extraorçamentais  | 250 518           | 205 084   | 227 114   |
| Total   | 1 378 361         | 1 195 426 | 1 274 137 |

Fonte: Conta da R.A.A., DROT.



## Receitas

Os empréstimos (Passivos financeiros), já referidos anteriormente nos parágrafos iniciais, e as transferências com finalidades de investimento constituem as principais componentes para as Receitas de Capital, que somaram 221,7 milhões de euros em 2015, correspondendo a um acréscimo de 24,1% em relação ao ano anterior.

Já as transferências afetas a despesas de consumo fazem parte da rubrica Receitas Correntes, onde também são incluídas as receitas fiscais. Em 2015, aquelas transferências mantiveram um valor nominal idêntico ao do ano anterior, isto é, na ordem de grandeza de 179 milhões de euros. Por sua vez, as receitas fiscais registaram uma evolução que decorreu de diversos Impostos Indiretos, como os aplicados sobre os produtos petrolíferos, o tabaco e outros, visto o imposto mais representativo sobre o consumo, o IVA, ter registado um decréscimo à taxa média anual de 1%.

### Receitas – Conta da RAA

| Receitas  | Milhares de Euros |           |           |
|---|-------------------|-----------|-----------|
|   | 2013              | 2014      | 2015      |
| Receitas Correntes                                      | 780 227           | 810 352   | 823 478   |
| Impostos diretos  | 229 517           | 227 361   | 224 902   |
| Impostos indiretos                                      | 319 986           | 381 953   | 395 147   |
| Contribuições Segurança Social                          | 5 089             | 9 129     | 10 056    |
| Taxas, multas, outras penalidades                       | 7 689             | 7 175     | 7 912     |
| Rendimentos de propriedade                              | 3 544             | 3 423     | 4 280     |
| Transferências  | 212 232           | 179 599   | 179 259   |
| Outras receitas   | 2 179             | 1 712     | 1 922     |
| Receitas de Capital                                     | 345 268           | 178 650   | 221 671   |
| Venda de bens de investimento                           | 57                | 106       | 507       |
| Transferências  | 233 439           | 129 206   | 151 534   |
| Ativos financeiros                                      | 284               | 233       | 206       |
| Passivos financeiros                                    | 111 430           | 49 000    | 69 000    |
| Outras receitas de capital                              | 58                | 105       | 424       |
| Outras receitas/ Reposições não abatidas nos pagamentos | 1 683             | 1 316     | 2 017     |
| Saldo da gerência anterior                              | 693               | 38        | 15        |
| Contas de Ordem/ Operações extraorçamentais             | 253 230           | 202 156   | 226 849   |
| Total da Receita  | 1 381 111         | 1 192 512 | 1 274 030 |

Fonte: Conta da R.A.A., DROT.



## Saldos

As operações correntes durante o ano de 2015, registando receitas de 823,5 milhões de euros e despesas de 664,6 milhões de euros, geraram um saldo de 158,9 milhões de euros.

Por outro lado, o saldo de capital, também incluindo aqui as operações de investimento do plano, cifrou-se num resultado de -158,8 milhões de euros.

Sendo assim, obtém-se um saldo global de 0,1 milhões de euros que, sendo agregados aos 14,1 milhões de euros de juros e encargos do serviço da dívida, implicam um saldo primário de 14,2 milhões de euros.

### Saldos – Conta da RAA

|                  | Milhões de Euros |        |        |        |
|------------------|------------------|--------|--------|--------|
|                  | 2012             | 2013   | 2014   | 2015   |
| Saldo Corrente   | 4,7              | 105,6  | 157,6  | 158,9  |
| Saldo de Capital | -4,0             | -105,6 | -157,6 | -158,8 |
| Saldo Global     | 0,7              | 0,0    | 0,0    | 0,1    |
| Saldo Primário   | 16,0             | 15,1   | 15,6   | 14,2   |

Fonte: Conta da R.A.A., DROT.

## Indicadores de atividade económica

Tendo em consideração os últimos dados disponíveis sobre algumas produções de bens e serviços, reportando a evolução desde o 4º trimestre do ano de 2011 até ao mais recente dado reportado ao 3º trimestre de 2016, ressaltam os sinais de recuperação após o choque externo, materializado na crise anterior.

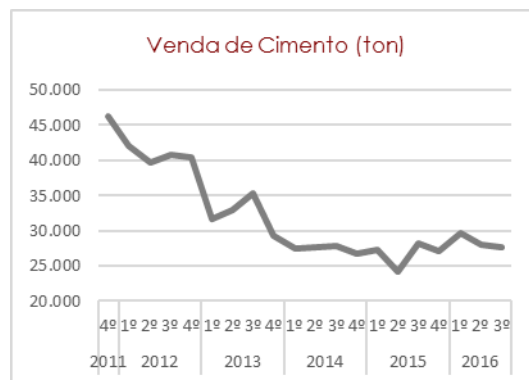
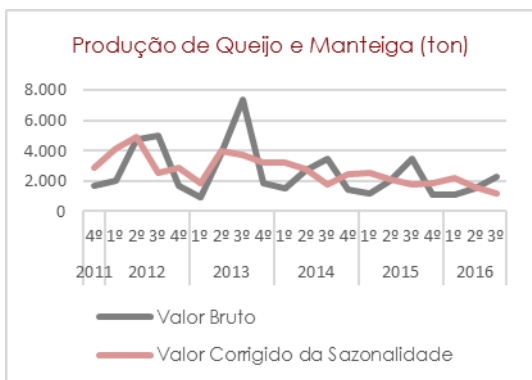
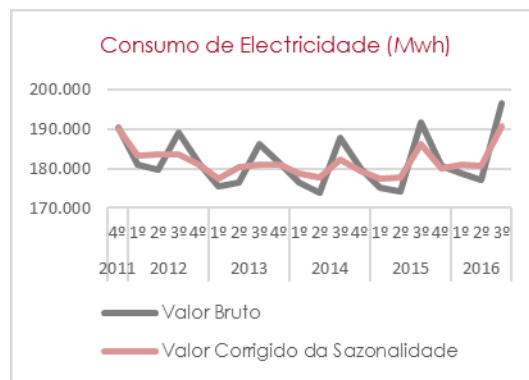
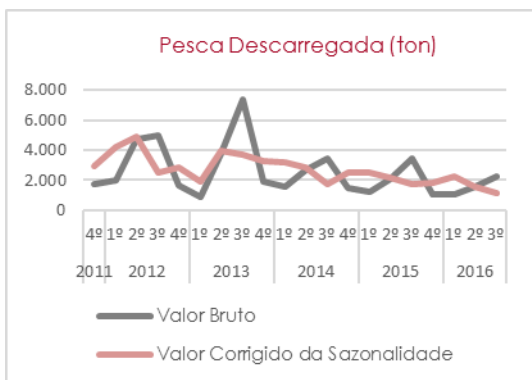
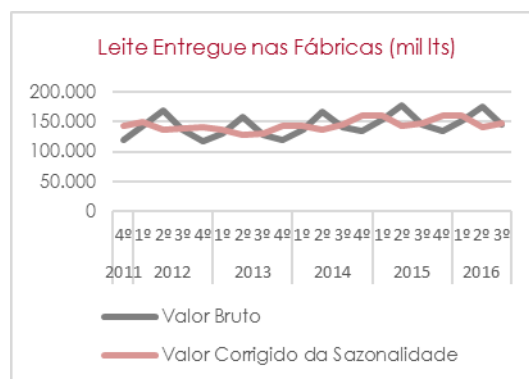
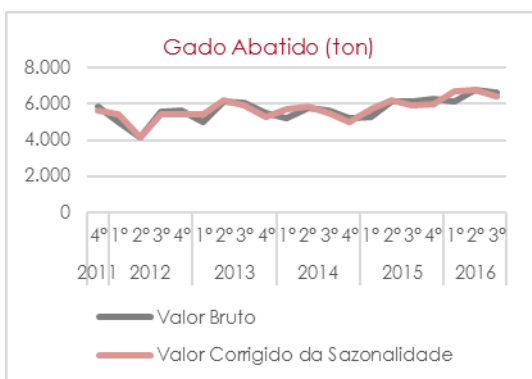
Tratando de informação trimestral, retirando algum efeito da sazonalidade, observa-se que as produções associadas à carne e ao leite mantêm trajetórias de consolidação, sendo as pescas, por estar associada também a fatores exógenos como o clima, uma evolução um pouco errática.

No caso do licenciamento para construção e das vendas de cimento na Região, após períodos de quebra de registar a partir de meados de 2015 uma tendência de sustentação e pontualmente de viragem positiva. As vendas de eletricidade conhecem um crescimento muito acentuado, nos últimos meses.

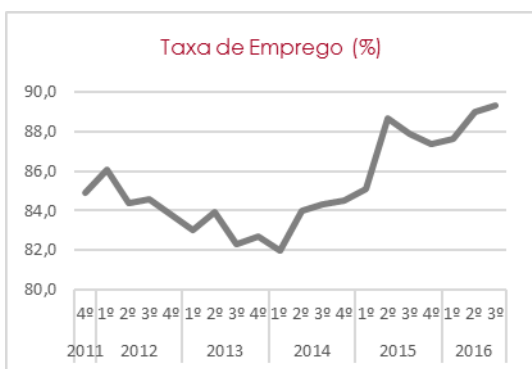
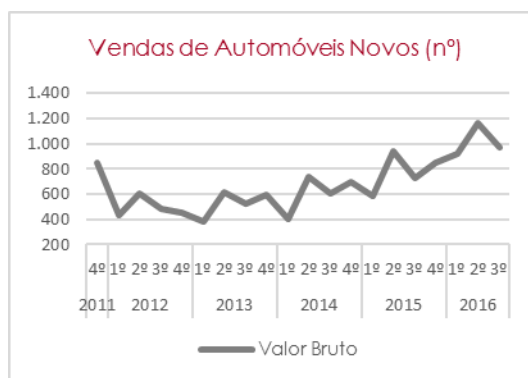
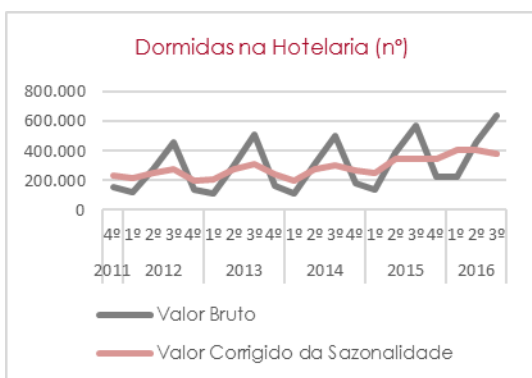
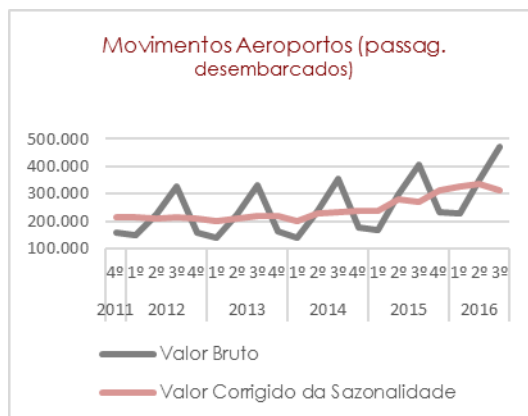
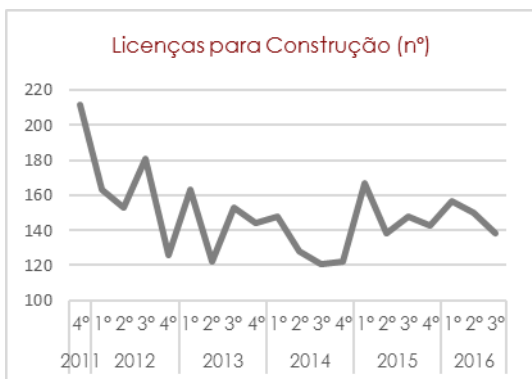


O número de dormidas na hotelaria regional tem uma evolução alinhada com o movimento nos aeroportos regionais sendo em ambos os indicadores marcante o crescimento positivo recente tributário da evolução da situação em matéria de transporte aéreo de e para o exterior. A venda de automóveis no espaço regional teve uma evolução muito significativa e no sentido positivo, principalmente a partir de 2015.

A taxa de emprego, enquanto dado complementar da taxa de desemprego, depois de um valor menor no primeiro trimestre de 2014, tem vindo desde então a subir de forma sustentada, representando maior empregabilidade nos Açores e conseqüentemente menor desocupação involuntária de ativos.









### III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS

#### A) Administração Regional

##### Receita

A 31 de dezembro de 2016, os serviços e organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional, excluindo ativos e passivos financeiros, atingiram uma receita efetiva provisória de 1.165,1 milhões de euros, da qual, 983,3 milhões de euros de receita corrente e 181,7 milhões de euros de receita de capital.

|  | GR                    | SFA                   | EPR                   | SALDO CONSOLIDADO       |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| <b>RECEITA CORRENTE</b>                | <b>819.523.326,88</b> | <b>183.379.708,58</b> | <b>276.715.041,10</b> | <b>983.348.685,97</b>   |
| Impostos diretos                       | 191.441.563,74        | 0,00                  | 0,00                  | 191.441.563,74          |
| Impostos indiretos                     | 420.676.156,59        | 0,00                  | 0,00                  | 420.676.156,59          |
| Contribuições para a segurança Social  | 11.215.040,94         | 0,00                  | 0,00                  | 11.215.040,94           |
| Taxas Multas e Outras Penalidades      | 8.040.301,65          | 11.261.133,30         | 874.763,07            | 20.176.198,02           |
| Rendimentos de Propriedade             | 4.346.559,42          | 3.321,83              | 4.560,83              | 4.354.442,08            |
| Transferências Correntes               | 179.914.733,00        | 161.434.892,47        | 249.012.434,67        | 294.092.669,55          |
| Administração Central - Estado         | 179.914.733,00        | 22.906,80             | 920.350,08            | 180.857.989,88          |
| Outros setores das AP                  | 0,00                  | 105.764.649,96        | 199.251.351,85        | 8.746.611,22            |
| Resto do Mundo                         | 0,00                  | 47.492.661,93         | 0,00                  | 47.492.661,93           |
| Outras Transferências                  | 0,00                  | 8.154.673,78          | 48.840.732,74         | 56.995.406,52           |
| Venda de Bens e Serviços Correntes     | 1.285.484,84          | 6.488.866,12          | 24.284.875,16         | 32.059.226,12           |
| Reposições não abatidas nos pagamentos | 1.151.772,57          | 80.728,86             | 0,00                  | 1.232.501,43            |
| Outras receitas correntes              | 1.451.714,13          | 4.110.766,00          | 2.538.407,37          | 8.100.887,50            |
| <b>RECEITA DE CAPITAL</b>              | <b>172.232.525,44</b> | <b>53.079.118,54</b>  | <b>37.317.808,02</b>  | <b>181.710.588,22</b>   |
| Venda de bens de investimento          | 1.096.167,67          | 0,00                  | 0,00                  | 1.096.167,67            |
| Transferências de Capital              | 170.946.673,46        | 53.070.581,41         | 36.312.319,44         | 179.410.710,53          |
| Administração Central - Estado         | 71.965.893,00         | 0,00                  | 0,00                  | 71.965.893,00           |
| Outros setores das AP                  | 0,00                  | 53.070.581,41         | 27.882.322,37         | 34.040,00               |
| Resto do Mundo                         | 98.473.370,61         | 0,00                  | 7.478.189,87          | 105.951.560,48          |
| Outras Transferências                  | 507.409,85            | 0,00                  | 951.807,20            | 1.459.217,05            |
| Outras Receitas de Capital             | 189.684,31            | 8.537,13              | 1.005.488,58          | 1.203.710,02            |
| <b>RECEITA EFETIVA</b>                 | <b>991.755.852,32</b> | <b>236.458.827,12</b> | <b>314.032.849,12</b> | <b>1.165.059.274,19</b> |

A desagregação da receita do setor público administrativo, por grandes agregados, bem como os respetivos níveis de execução, constam do quadro a seguir apresentado.



| (Euros)                               |                         |                         |              |
|---------------------------------------|-------------------------|-------------------------|--------------|
|                                       | ORÇAMENTADO             | REALIZADO               | %            |
| <b>1. Receitas Correntes</b>          | <b>854.505.000,00</b>   | <b>819.523.326,88</b>   | <b>95,9%</b> |
| Impostos e Contribuições para a S.S.  | 660.005.000,00          | 623.332.761,27          | 94,4%        |
| Taxas, multas e outras penalidades    | 7.000.000,00            | 8.040.301,65            | 114,9%       |
| Rendimentos de propriedade            | 3.600.000,00            | 4.346.559,42            | 120,7%       |
| Transferências Correntes              | 180.300.000,00          | 179.914.733,00          | 99,8%        |
| Venda de Bens e Serviços Correntes    | 600.000,00              | 1.285.484,84            | 214,2%       |
| Reposições                            | 2.000.000,00            | 1.151.772,57            | 57,6%        |
| Outras Receitas Correntes             | 1.000.000,00            | 1.451.714,13            | 145,2%       |
| <b>2. Receitas de Capital</b>         | <b>299.407.534,00</b>   | <b>172.232.525,44</b>   | <b>57,5%</b> |
| Venda de Bens de Investimento         | 9.687.020,00            | 1.096.167,67            | 11,3%        |
| Transferências de Capital             | 289.520.514,00          | 170.946.673,46          | 59,0%        |
| Outras Receitas de Capital            | 200.000,00              | 189.684,31              | 94,8%        |
| <b>3. Operações Extra-Orçamentais</b> | <b>234.533.120,00</b>   | <b>206.083.122,28</b>   | <b>87,9%</b> |
| <b>4. Total ( 1+2+3)</b>              | <b>1.388.445.654,00</b> | <b>1.197.838.974,60</b> | <b>86,3%</b> |

As receitas correntes atingiram os 819,5 milhões de euros, 95,9% do valor orçamentado, destacando-se, os impostos diretos, indiretos e contribuições para a Segurança Social com 623,3 milhões de euros e as transferências, com 179,9 milhões de euros. Estes agregados representaram, no seu conjunto, 98,0% da receita corrente e 67,1% do total das receitas contabilizadas.

As receitas de capital, registaram uma execução de 172,2 milhões de euros, ou seja, 57,5% do orçamentado. Evidenciam-se, neste agregado, as transferências de capital que, com uma execução de 170,9 milhões de euros, representaram a quase totalidade das receitas de capital (99,3%) e 14,3% do total da receita.

A desagregação da receita pelas suas principais componentes, excluindo os ativos financeiros, os passivos financeiros e as operações extraorçamentais, é apresentada no quadro seguinte.

| (Euros)                |                         |                       |               |
|------------------------|-------------------------|-----------------------|---------------|
|                        | DOTAÇÃO                 | EXECUÇÃO              | %             |
| <b>Receitas Totais</b> | <b>1.153.912.534,00</b> | <b>991.755.852,32</b> | <b>85,95%</b> |
| Receitas Fiscais       | 650.505.000,00          | 612.117.720,33        | 94,10%        |
| Transferências do O.E. | 257.400.000,00          | 251.880.626,00        | 97,86%        |
| Transferências do U.E. | 212.420.514,00          | 98.473.370,61         | 46,36%        |
| Outras Receitas        | 33.587.020,00           | 29.284.135,38         | 87,19%        |



As receitas fiscais, no final do ano de 2016, totalizaram 612,1 milhões de euros, uma execução de 94,1%, representando 61,7% do total da receita.

Os Impostos Diretos, com uma receita de 191,4 milhões de euros, representaram 31,3% do total da receita fiscal.

Os Impostos Indiretos foram o agregado que mais contribuiu para o total da receita fiscal, tendo atingido os 420,7 milhões de euros, 102,2% do valor orçamentado.

### Despesa

A despesa dos organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional atingiu o valor ainda provisório de 1.194,3 milhões de euros, dos quais, 986,9 milhões de euros de despesa corrente e 207,4 milhões de euros de despesa de capital.

|  | GR                      | SFA                   | EPR                   | (Euros)<br>SALDO<br>CONSOLIDADO |
|--|-------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------------------|
| <b>DESPESA CORRENTE</b>                | <b>771.298.571,92</b>   | <b>223.308.000,06</b> | <b>288.589.118,95</b> | <b>986.926.300,37</b>           |
| Despesas com Pessoal                   | 313.266.427,50          | 61.316.991,63         | 111.386.434,89        | 485.969.854,02                  |
| Aquisição de Bens e Serviços Correntes | 80.115.538,77           | 79.339.196,50         | 136.554.268,30        | 296.009.003,57                  |
| Juros e Outros Encargos                | 14.670.461,46           | 2.014.450,73          | 36.355.094,10         | 53.040.006,29                   |
| Transferências Correntes               | 349.010.480,45          | 67.097.608,23         | 912.539,39            | 120.751.237,51                  |
| Subsetores das AP                      | 298.140.930,40          | 1.113.421,16          | 0,00                  | 2.984.961,00                    |
| Outras transferências                  | 50.869.550,05           | 65.984.187,07         | 912.539,39            | 117.766.276,51                  |
| Subsídios                              | 2.626.696,51            | 13.332.863,09         | 0,00                  | 15.959.559,60                   |
| Outras Despesas Correntes              | 11.608.967,23           | 206.889,88            | 3.380.782,27          | 15.196.639,38                   |
| <b>DESPESA DE CAPITAL</b>              | <b>270.387.074,83</b>   | <b>4.278.542,98</b>   | <b>13.660.351,56</b>  | <b>207.407.105,57</b>           |
| Aquisição de Bens de Capital           | 48.987.570,21           | 3.852.894,31          | 8.761.637,94          | 61.602.102,46                   |
| Transferências de Capital              | 221.021.504,62          | 425.648,67            | 404.521,79            | 140.932.811,28                  |
| Subsetores das AP                      | 87.289.015,54           | 218.022,00            | 119.885,56            | 6.708.059,30                    |
| Outras transferências                  | 133.732.489,08          | 207.626,67            | 284.636,23            | 134.224.751,98                  |
| Outras Despesas de Capital             | 378.000,00              | 0,00                  | 4.494.191,83          | 4.872.191,83                    |
| <b>DESPESA EFETIVA</b>                 | <b>1.041.685.646,75</b> | <b>227.586.543,04</b> | <b>302.249.470,51</b> | <b>1.194.333.405,94</b>         |

A desagregação da despesa de funcionamento, do setor público administrativo, por grandes agregados, excluindo os ativos financeiros e os passivos financeiros, é a que abaixo se evidencia.



| ( Euros)                               |                         |                         |              |
|--|-------------------------|-------------------------|--------------|
|  | ORÇAMENTADO             | REALIZADO               | %            |
| <b>1. Despesas Correntes</b>           | <b>800.429.223,00</b>   | <b>771.298.571,92</b>   | <b>96,4%</b> |
| Despesas com Pessoal                   | 315.819.809,00          | 313.266.427,50          | 99,2%        |
| Aquisição de Bens e Serviços Correntes | 99.867.338,00           | 80.115.538,77           | 80,2%        |
| Juros e Outros Encargos                | 14.700.000,00           | 14.670.461,46           | 99,8%        |
| Transferências Correntes               | 352.377.966,00          | 349.010.480,45          | 99,0%        |
| Subsídios                              | 2.892.113,00            | 2.626.696,51            | 90,8%        |
| Outras despesas Correntes              | 14.771.997,00           | 11.608.967,23           | 78,6%        |
| <b>2. Despesas de Capital</b>          | <b>403.833.311,00</b>   | <b>270.387.074,83</b>   | <b>67,0%</b> |
| Aquisição de Bens de Capital           | 112.252.939,00          | 48.987.570,21           | 43,6%        |
| Transferências Capital                 | 291.202.372,00          | 221.021.504,62          | 75,9%        |
| Outras despesas de Capital             | 378.000,00              | 378.000,00              | 100,0%       |
| <b>3. Operações Extra-Orçamentais</b>  | <b>234.533.120,00</b>   | <b>206.181.960,04</b>   | <b>87,9%</b> |
| <b>5. Total (1+2+3)</b>                | <b>1.438.795.654,00</b> | <b>1.247.867.606,79</b> | <b>86,7%</b> |

As despesas correntes apresentaram uma execução de 771,3 milhões de euros, destacando-se as Transferências Correntes e as Despesas com Pessoal, com uma execução de 349,0 milhões de euros e 313,3 milhões de euros, respetivamente, correspondendo no seu conjunto, 85,9% do total destas.

As despesas de capital, contabilizaram uma execução de 270,4 milhares de euros, correspondendo a uma taxa de realização de 67,0%.



## B) Serviços e Fundos Autónomos

A execução, a 31 de dezembro de 2016, dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e das Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), integradas e equiparadas a SFA para efeitos de controlo orçamental é explicitada de seguida, excluindo ativos e passivos financeiros e operações extra-orçamentais.

|  | (Euros)               |                       |                |
|--|-----------------------|-----------------------|----------------|
|  | DOTAÇÃO               | EXECUÇÃO              | %              |
| <b>RECEITA CORRENTE</b>                | <b>440.231.904,00</b> | <b>460.094.749,68</b> | <b>104,51%</b> |
| Impostos diretos                       | 0,00                  | 0,00                  | 0,00%          |
| Impostos indiretos                     | 0,00                  | 0,00                  | 0,00%          |
| Contribuições para a segurança Social  | 0,00                  | 0,00                  | 0,00%          |
| Taxas multas e outras penalidades      | 11.949.451,00         | 12.135.896,37         | 101,56%        |
| Rendimentos de Propriedade             | 58.131,00             | 7.882,66              | 13,56%         |
| Transferências correntes               | 354.131.745,00        | 410.447.327,14        | 115,90%        |
| Venda de bens e serviços correntes     | 65.845.237,00         | 30.773.741,28         | 46,74%         |
| Outras receitas correntes              | 8.152.789,00          | 6.649.173,37          | 81,56%         |
| Reposições não abatidas nos pagamentos | 94.551,00             | 80.728,86             | 85,38%         |
| <b>RECEITA DE CAPITAL</b>              | <b>169.232.465,00</b> | <b>90.396.926,56</b>  | <b>53,42%</b>  |
| Venda de bens de investimento          | 171.100,00            | 0,00                  | 0,00%          |
| Transferências de Capital              | 168.937.458,00        | 89.382.900,85         | 52,91%         |
| Outras receitas de capital             | 123.907,00            | 1.014.025,71          | 818,38%        |
| <b>RECEITA TOTAL</b>                   | <b>609.464.369,00</b> | <b>550.491.676,24</b> | <b>90,32%</b>  |
| <b>DESPESA CORRENTE</b>                | <b>552.906.495,00</b> | <b>511.897.119,01</b> | <b>92,58%</b>  |
| Despesas com Pessoal                   | 182.473.666,00        | 172.703.426,52        | 94,65%         |
| Aquisição de Bens e Serviços Correntes | 230.257.584,00        | 215.893.464,80        | 93,76%         |
| Subsídios                              | 26.397.321,00         | 13.332.863,09         | 0,00%          |
| Juros e Outros Encargos                | 38.483.027,00         | 38.369.544,83         | 99,71%         |
| Transferências Correntes               | 72.267.913,00         | 68.010.147,62         | 94,11%         |
| Outras Despesas Correntes              | 3.026.984,00          | 3.587.672,15          | 118,52%        |
| <b>DESPESA DE CAPITAL</b>              | <b>53.637.281,00</b>  | <b>17.938.894,54</b>  | <b>33,44%</b>  |
| Aquisição de Bens de Capital           | 36.410.424,00         | 12.614.532,25         | 34,65%         |
| Transferências de Capital              | 8.182.307,00          | 830.170,46            | 0,00%          |
| Outras Despesas de Capital             | 9.044.550,00          | 4.494.191,83          | 49,69%         |
| <b>DESPESA TOTAL</b>                   | <b>606.543.776,00</b> | <b>529.836.013,55</b> | <b>87,35%</b>  |



A receita total situou-se nos 550,5 milhões de euros (90,3 % do valor orçamentado), dos quais 460,1 milhões de euros de receita corrente e 90,4 milhões de euros de receita de capital.

Na receita corrente destacam-se as transferências com 410,4 milhões de euros o equivalente a 115,9% do valor orçamentado e a 89,2% do total deste agregado.

A receita de capital foi proveniente quase na sua totalidade de transferências de capital, tendo apresentado uma execução de 53,4%.

A despesa total atingiu os 529,8 milhões de euros, 87,4% do valor orçamentado, dos quais 511,9 milhões de euros de despesa corrente e 17,9 milhões de euros de despesas de capital.

Nas despesas correntes sobressaem as aquisições de bens e serviços correntes e as despesas com pessoal com 215,9 milhões de euros e 172,7 milhões de euros, respetivamente, representando no seu conjunto 75,9% das despesas correntes. Este agregado registou uma execução orçamental de 92,6%.

Nas despesa de capital destacam-se as aquisições de bens de capital que com 12,6 milhões de euros, 34,7% do orçamentado, representaram 70,3% do total destas despesas.



## C) Administração Local

### A - Receitas

As receitas dos municípios dos Açores totalizaram cerca de 171 M€ (milhões de euros) em 2015, decrescendo 2,7% face a 2014, confirmando a tendência decrescente desde 2010. As rubricas que mais contribuíram para a redução de 4,8 M€ nas receitas foram os Fundos Comunitários (10,4 M€) e as transferências do Governo Regional (1 M€), tendo estas diminuições sido parcialmente compensadas com os aumentos de cerca de 5% verificados nas receitas próprias e nos Fundos do Orçamento do Estado.

| Receitas                          | 2013               |            | 2014               |            | 2015               |            | 2014/15     |
|-----------------------------------|--------------------|------------|--------------------|------------|--------------------|------------|-------------|
|                                   | Valores €          | %          | Valores €          | %          | Valores €          | %          | %           |
| Receitas Próprias                 | 51.167.532         | 28,3       | 53.275.292         | 30,3       | 55.681.067         | 32,5       | 4,5         |
| Fundos Orçamento do Estado        | 92.105.631         | 50,9       | 89.714.804         | 51,0       | 94.006.636         | 54,9       | 4,8         |
| Fundos Comunitários               | 19.510.376         | 10,8       | 25.727.034         | 14,6       | 15.333.324         | 9,0        | -40,4       |
| Transferências - Governo Regional | 4.329.066          | 2,4        | 3.130.509          | 1,8        | 2.085.342          | 1,2        | -33,4       |
| Outras Transferências             | 689.128            | 0,4        | 1.173.559          | 0,7        | 887.970            | 0,5        | -24,3       |
| Empréstimos                       | 13.103.508         | 7,2        | 2.901.987          | 1,6        | 3.105.001          | 1,8        | 7,0         |
| <b>Totais</b>                     | <b>180.905.242</b> | <b>100</b> | <b>175.923.185</b> | <b>100</b> | <b>171.099.340</b> | <b>100</b> | <b>-2,7</b> |

As receitas próprias e os Fundos do OE representam em conjunto 87,5% das receitas totais, confirmando a tendência do aumento do peso relativo deste tipo de receitas de carácter regular. De facto, o peso destas receitas certas era de 74,5% em 2011, aumentando sempre até aos 87,5%.

Nas outras transferências, associadas a candidaturas de investimento comparticipadas pelos fundos comunitários e pelo Governo Regional (contratos ARAAL), verificaram-se decréscimos de 40,4% e de 33,4%. No caso das transferências do Governo Regional, o impacto é pouco significativo, já que estas receitas representam menos de 2% do total, mas nos fundos comunitários a situação é totalmente diferente, passando esta fonte de receita a representar 9% das receitas totais, contra 14,6% em 2014. Estas serão talvez as receitas que mais oscilações sofrem de ano para ano. Nos últimos 10 anos, os valores mais baixos verificados foram de 15 M€ (2007 e 2008 e 2015) e os mais elevados (entre 25 e 30 M€) verificaram-se nos anos de 2005, 2009, 2010 e 2014.





As receitas próprias, resultantes de impostos, taxas e venda de bens e serviços, aumentaram 4,5% no seu conjunto, mas algumas das suas componentes diminuíram, com destaque para as licenças de loteamentos e obras (30%) e o IUC (imposto único de circulação) (6,5%). Pelo contrário, verifica-se um aumento de 44% na receita com derramas, em consequência da obrigação a que estão sujeitos os municípios em situação de saneamento financeiro).

Os empréstimos contraídos em 2015 foram poucos e o aumento de 7% verificado não traduz a realidade. De facto, dos 3,1 M€ de empréstimos contraídos, cerca de 1,7 M€ foram empréstimos de curto prazo, amortizados no próprio ano. Foram contraídos apenas 1,5 M€ de empréstimos de médio e longo prazo, por apenas 2 municípios. O quadro abaixo mostra bem os valores reduzidos de empréstimos contraídos nos últimos 2 anos.

|                 | 2008       | 2009       | 2010       | 2011       | 2012       | 2013       | 2014      | 2015      |
|-----------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|
| Empréstimos MLP | 21.583.385 | 23.734.594 | 14.436.526 | 17.480.882 | 16.334.461 | 11.773.508 | 1.761.987 | 1.455.001 |

Os empréstimos de MLP contraídos em 2015 destinaram-se a investimentos. Nos anos anteriores verificou-se uma preponderância de empréstimos de saneamento financeiro, não provocando um aumento do endividamento, mas apenas alongando o seu prazo de amortização. Se considerarmos apenas os empréstimos destinados a investimento (aqueles que implicam um aumento de endividamento) o valor de 2015, apesar de reduzido, é o mais alto do triénio.

| Empréstimos                        | 2013              |              | 2014             |              | 2015             |              | 2014/15    |
|------------------------------------|-------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|--------------|------------|
|                                    | Valores €         | %            | Valores €        | %            | Valores €        | %            | %          |
| Curto Prazo                        | 1.330.000         | 10,1         | 1.140.000        | 39,3         | 1.650.000        | 53,1         | 0,4        |
| MLP-Investimento                   | 28.172            | 0,2          | 241.000          | 8,3          | 1.455.001        | 46,9         | 5,0        |
| MLP-Saneamento Financeiro - Bancos | 4.401.020         | 33,6         | 0                | 0,0          | 0                | 0,0          |            |
| MLP-Saneamento Financeiro - Estado | 7.344.316         | 56,0         | 1.520.987        | 52,4         | 0                | 0,0          | -1,0       |
| Total MLP                          | 11.773.508        | 89,9         | 1.761.987        | 60,7         | 1.455.001        | 46,9         | -0,2       |
| <b>Total</b>                       | <b>13.103.508</b> | <b>100,0</b> | <b>2.901.987</b> | <b>100,0</b> | <b>3.105.001</b> | <b>100,0</b> | <b>0,1</b> |

## **B - Despesas**

As despesas atingiram um valor global de 168,4 M€, menos 2,1% do que o valor registado em 2014. Este valor foi inferior às receitas entradas no ano de 2015 em 2,7 M€, provocando um novo aumento do saldo final de gerência no conjunto dos municípios, que no final de 2015 era de 16,5 M€, ou seja, quase 10% das despesas efetuadas.



| Despesas                                       | 2013               |            | 2014               |            | 2015               |            | 2014/15     |
|--|--------------------|------------|--------------------|------------|--------------------|------------|-------------|
|  | Valores €          | %          | Valores €          | %          | Valores €          | %          | %           |
| Pessoal  | 50.211.231         | 28,3       | 51.834.449         | 30,1       | 49.804.785         | 29,6       | -3,9        |
| Aquisição de Bens                              | 7.272.076          | 4,1        | 8.068.431          | 4,7        | 8.734.212          | 5,2        | 8,3         |
| Aquisição de Serviços                          | 21.504.446         | 12,1       | 22.418.115         | 13,0       | 27.475.975         | 16,3       | 22,6        |
| Juros  | 4.352.838          | 2,5        | 3.267.166          | 1,9        | 2.308.495          | 1,4        | -29,3       |
| Amortizações de empréstimos                    | 18.590.198         | 10,5       | 16.377.601         | 9,5        | 17.876.329         | 10,6       | 9,2         |
| Investimento direto                            | 46.982.780         | 26,5       | 45.861.673         | 26,7       | 34.785.527         | 20,7       | -24,2       |
| Investimento delegado (adm local e empresas)   | 7.648.444          | 4,3        | 5.458.521          | 3,2        | 4.121.406          | 2,4        | -24,5       |
| Transf p/ instituições n/ lucrativas           | 9.016.558          | 5,1        | 7.832.899          | 4,6        | 9.436.419          | 5,6        | 20,5        |
| Transf corr e subsíd p/setor empresarial local | 5.070.419          | 2,9        | 3.196.656          | 1,9        | 2.439.167          | 1,4        | -23,7       |
| Outras Transferências (famílias, etc.)         | 3.568.817          | 2,0        | 4.518.121          | 2,6        | 7.037.402          | 4,2        | 55,8        |
| Outras Despesas                                | 3.165.116          | 1,8        | 3.237.397          | 1,9        | 4.352.414          | 2,6        | 34,4        |
| <b>Totais</b>                                  | <b>177.382.924</b> | <b>100</b> | <b>172.071.030</b> | <b>100</b> | <b>168.372.130</b> | <b>100</b> | <b>-2,1</b> |

Começando pelas despesas de pessoal, é de referir que estas diminuíram cerca de 4%, sendo todavia interessante salientar que esta redução resulta do efeito conjugado das diminuições de 4,7% nas remunerações certas e permanentes e de 8,3% na segurança social, com um aumento de 63,8% nos abonos variáveis e eventuais. Estes abonos variáveis (horas extraordinárias, ajudas de custo, senhas de presença, etc.) representam apenas 4% das despesas de pessoal, comparado com os vencimentos (74%) e os encargos de segurança social (22%), sendo reduzido o efeito da variação verificada. Não deixa, no entanto, de ser oportuno salientar que as horas extraordinárias registaram um aumento de 31%.

As aquisições de bens e serviços registaram ambas aumentos, salientando-se os serviços, com aumento de 22,6%. Nos serviços adquiridos, algumas rubricas tiveram aumentos muito significativos, como é o caso de locação de edifícios (178%), ações de formação (92%), limpeza e higiene (42%) e transportes (41%).

Nas despesas com o serviço de dívida, verificou-se uma redução de 29% nos juros e um aumento de 9% nas amortizações de empréstimos. A redução progressiva do capital em dívida e das taxas de juro explicam a redução verificada nesta rubrica. Quanto à amortização de empréstimos, o aumento de 9%, apesar do volume reduzido de empréstimos contraídos nos últimos 2 anos, explica-se, quer pelo término dos períodos de carência dos empréstimos de saneamento financeiro contraídos em 2013 (12 M€), quer pela iniciativa/obrigação dos próprios municípios de procederem à amortização antecipada dos empréstimos em dívida. Convém lembrar que a LOE de 2015 (Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, previa no seu artigo 98º a



utilização do aumento de receitas provenientes do FEF, IRS e IMI (neste caso, resultante das reavaliações dos imóveis) na redução obrigatória do endividamento.

Investimento – o investimento diretamente realizado pelos 19 municípios foi de 34,8 M€, sofrendo uma redução de 24,2%. Idêntico comportamento verificou-se no investimento delegado noutras entidades da administração local (freguesias, associações de municípios, serviços municipalizados e empresas públicas municipais) – estas despesas diminuíram 24,5%. Os cerca de 35 M€ de investimento direto constituem o valor mais baixo dos últimos 15 anos. O valor imediatamente acima verifica-se em 2014 (46 M€). Nos últimos 5 anos, o investimento direto nunca ultrapassou os 50 M€ e registou uma média anual de 47 M€. Em comparação, a média dos 5 anos anteriores (2006 – 2010) foi de 84 M€.

Nas transferências não associadas a investimento delegado destaca-se o aumento de 56% nas transferências para as famílias, mas aqui justificado por uma alteração de classificação das despesas com o pessoal dos programas ocupacionais. Também associadas a estes programas ocupacionais estão as transferências para a segurança social, que passaram de 542 mil euros em 2014 para 2,2 M€ em 2015, um aumento de 312%, também aqui devido em parte a outra forma de classificação orçamental.

Por outro lado, as instituições não lucrativas receberam dos municípios 9,4 M€ em 2015, mais 20,5% do que em 2014.

Com o encerramento de algumas empresas municipais e as restrições impostas quanto aos apoios a conceder a estas, verificou-se uma redução de 23,7% nas transferências correntes e subsídios à exploração concedidos a estas entidades.

### **C – Fluxo Orçamental**

O quadro seguinte mostra a evolução das receitas e despesas correntes e de capital, bem como os saldos iniciais e finais do triénio 2013-2015.



| Fluxo Orçamental                             | 2013        | 2014        | 2015        |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Saldo Inicial - SI                           | 6.311.088   | 9.873.036   | 13.725.191  |
| Receitas Correntes - RC                      | 124.245.096 | 133.752.334 | 141.065.903 |
| Receitas de Capital - RK                     | 56.602.186  | 42.041.464  | 29.984.441  |
| Reposições n/ abatidas nos pagamentos - RNAP | 57.960      | 129.387     | 48.996      |
| Receita Total (RT) - (RC+RK+RNAP)            | 180.905.242 | 175.923.185 | 171.099.340 |
| Total Disponível (TD) - (SI+RT)              | 187.216.329 | 185.796.221 | 184.824.531 |
| Despesas Correntes - DC                      | 98.462.639  | 99.403.172  | 104.808.791 |
| Despesas de Capital - DK                     | 78.920.285  | 72.667.858  | 63.563.339  |
| Despesa Total (DT) - (DC+DK)                 | 177.382.924 | 172.071.030 | 168.372.130 |
| Saldo Final - (TD-DT)                        | 9.833.405   | 13.725.191  | 16.452.401  |
| Saldo orçamental corrente - (RC-DC)          | 25.782.457  | 34.349.161  | 36.257.112  |

O saldo final de gerência foi de 16,5 M€ em 2015, sendo o maior do triénio. Por outro lado, o saldo orçamental corrente (receitas correntes – despesas correntes) mantém a tendência de crescimento, atingindo os 36 M€ em 2015, valor mais elevado dos últimos 10 anos. Este valor é mais do dobro das amortizações de empréstimos pagas em 2015.

De acordo com a lei das Finanças Locais (Lei nº 73/ 2013 de 3 de Setembro) o saldo orçamental corrente deve ser suficiente para cobrir o valor das amortizações médias de empréstimos de médio longo prazo, ou seja, considerando que o valor das amortizações em 2015 foi de 18 M€, verifica-se que, pelo menos em termos globais, este preceito legal foi cumprido.

#### **D - Endividamento**

A dívida total dos municípios era inferior a 150 M€ no final de 2015, tendo diminuído cerca de 10%. O valor mais alto verificou-se em 2009 (254 M€), sendo o valor de 2015 o mais baixo dos últimos 10 anos.

| Endividamento                 | 2013               |            | 2014               |            | 2015               |            | 2014/15     |
|-------------------------------|--------------------|------------|--------------------|------------|--------------------|------------|-------------|
|                               | Valores €          | %          | Valores €          | %          | Valores €          | %          | %           |
| Dívida de médio e longo prazo | 151.799.619        | 86,3       | 146.740.042        | 88,5       | 136.649.457        | 91,2       | -6,9        |
| Dívida de curto prazo         | 24.083.474         | 13,7       | 19.057.924         | 11,5       | 13.171.264         | 8,8        | -30,9       |
| <b>Totais</b>                 | <b>175.883.093</b> | <b>100</b> | <b>165.797.966</b> | <b>100</b> | <b>149.820.721</b> | <b>100</b> | <b>-9,6</b> |

Verificaram-se decréscimos em ambas as dívidas, de curto e de longo prazo, com uma redução mais acentuada na de curto prazo (31%), o que é normal, pois o maior problema



eram as dívidas a fornecedores vencidas e não pagas, reduzidas pela aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro).

Cabe referir, relativamente à dívida de curto prazo, que a mesma inclui duas componentes não assumidas diretamente pelos municípios. A primeira é o FAM – Fundo de Apoio Municipal, que constitui um ativo financeiro que os municípios foram obrigados a subscrever (Lei 53/2014, de 25-08), para auxílio aos municípios em difícil situação financeira, e a pagar no prazo de 7 anos. A dívida do FAM em 2015 era de 1,3 M€ a curto prazo e 6,4 M€ a médio e longo prazo. A segunda é a dívida não orçamental – operações de tesouraria – verbas retidas pelos municípios, destinadas a outras entidades (IRS e outros descontos nos vencimentos, etc.). O valor desta dívida era de 2 M€ em 2015.

A dívida de médio e longo prazo tem vindo a ser paga normalmente. Esta dívida diminuiu 7%, tendo em conta que em 2015 foram amortizados 16,2 M€ de empréstimos e apenas foram contraídos 1,46 M€ de novos empréstimos.

O rácio de cobertura da dívida total pelas receitas certas (receitas próprias + Fundos OE) situa-se muito perto dos 100% em 2015, o que constitui um bom indicador. Não esqueçamos que a maior parte da dívida (91%) é de médio e longo prazo, a ser paga com as receitas certas de vários anos.

|   | 2013        | 2014        | 2015        |
|---|-------------|-------------|-------------|
| Dívida total                                    | 175.883.093 | 165.797.966 | 149.820.721 |
| Receitas Certas (Receitas Próprias + Fundos OE) | 143.273.163 | 142.990.096 | 149.687.703 |
| Receitas Certas / Dívida total (%)              | 81,5        | 86,2        | 99,9        |

## **E - Balanço**

### **Ativo**

No final de 2015, os municípios dos Açores tinham um ativo líquido total de 1.217 milhões de euros, valor mais baixo do triénio, mas próximo dos 2 anos anteriores. O imobilizado financeiro sofreu uma redução global de 40%, na sequência da extinção de algumas empresas públicas municipais.

A maior rubrica do Ativo, o imobilizado corpóreo, representando 91,4%, registou um decréscimo de 0,3%, resultante do baixo volume de investimentos realizados no ano.



As dívidas de Terceiros diminuiram 24,3% em 2014 e 10,4% em 2015, mas a variação mais acentuada foi nos custos diferidos, que diminuiram cerca de 88%, estando também esta variação relacionada com o encerramento de algumas empresas municipais.

| Balço Global - Municípios da RAA | 2013          |              | 2014          |              | 2015          |              | 2014/15 |
|----------------------------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------|
|                                  | Valores €     | %            | Valores €     | %            | Valores €     | %            | %       |
| Imobilizado Incorpóreo           | 5.181.839     | 0,4          | 4.558.988     | 0,4          | 4.625.134     | 0,4          | 1,5     |
| Imobilizado Corpóreo             | 1.111.208.739 | 89,1         | 1.115.373.216 | 88,8         | 1.111.636.574 | 91,4         | -0,3    |
| Imobilizado Financeiro           | 77.153.049    | 6,2          | 79.902.515    | 6,4          | 48.003.571    | 3,9          | -39,9   |
| Existências                      | 2.194.199     | 0,2          | 2.154.327     | 0,2          | 2.180.123     | 0,2          | 1,2     |
| Dívidas de Terceiros             | 30.299.023    | 2,4          | 22.942.934    | 1,8          | 20.548.011    | 1,7          | -10,4   |
| Caixa e depósitos bancárias      | 12.246.883    | 1,0          | 15.685.860    | 1,2          | 18.709.486    | 1,5          | 19,3    |
| Acréscimos de Proveitos          | 3.960.932     | 0,3          | 10.288.223    | 0,8          | 10.468.851    | 0,9          | 1,8     |
| Custos Diferidos                 | 5.002.556     | 0,4          | 4.993.263     | 0,4          | 608.066       | 0,0          | -87,8   |
| Ativo Total                      | 1.247.247.220 | 100,0        | 1.255.899.326 | 100,0        | 1.216.779.816 | 100,0        | -3,11   |
| Fundos Próprios                  | 730.547.941   |              | 741.401.258   | 59,0         | 723.050.184   | 59,4         | -2,5    |
| Provisões para riscos e encargos | 5.076.256     | 0,4          | 4.198.118     | 0,3          | 4.044.647     | 0,3          | -3,7    |
| Dívida de médio e longo prazo    | 151.799.619   | 12,2         | 146.740.042   | 11,7         | 136.649.457   | 11,2         | -6,9    |
| Dívida de curto prazo            | 24.083.474    | 1,9          | 19.057.924    | 1,5          | 13.171.264    | 1,1          | -30,9   |
| Passivo Exigível                 | 175.883.093   | 14,1         | 165.797.966   | 13,2         | 149.820.721   | 12,3         | -9,6    |
| Acréscimos de Custos             | 7.567.279     | 0,6          | 8.189.281     | 0,7          | 6.815.738     | 0,6          | -16,8   |
| Proveitos Diferidos              | 328.172.650   | 26,3         | 336.312.703   | 26,8         | 333.048.527   | 27,4         | -1,0    |
| Passivo Total                    | 516.699.278   | 41,4         | 344.501.984   | 27,4         | 339.864.265   | 27,9         | -1,3    |
| Fundo Próprios e Passivo         | 1.247.247.220 | <b>100,0</b> | 1.255.899.326 | <b>100,0</b> | 1.216.779.816 | <b>100,0</b> | -3,1    |

### **Fundos próprios**

Os fundos próprios, no valor total de 723 M€, diminuiram 2,5%. O resultado líquido global diminuiu 47%, sendo negativo em 6 municípios, pelo que é normal a redução observada nos fundos próprios.

### **Passivo**

O passivo exigível registou uma quebra de 9,6%, na sequência da diminuição da dívida de curto prazo (31%), e de médio e longo prazo (7%). Saliente-se que a dívida a fornecedores passou de 6,2 M€ para 3,5 M€, reduzindo 44%. Pelo quadro abaixo percebe-se a diminuição progressiva destas dívidas.



| Dívida a fornecedores           | 2013              |            | 2014             |           | 2015             |           | 2014/15      |
|---------------------------------|-------------------|------------|------------------|-----------|------------------|-----------|--------------|
|                                 | Valores €         | %          | Valores €        | %         | Valores €        | %         | %            |
| Fornecedores de bens e serviços | 4.256.645         | 32,5       | 3.393.084        | 25,9      | 2.362.020        | 18,0      | -30,4        |
| Fornecedores de imobilizado     | 8.851.384         | 67,5       | 2.855.172        | 21,8      | 1.152.186        | 8,8       | -59,6        |
| <b>Totais</b>                   | <b>13.108.028</b> | <b>100</b> | <b>6.248.256</b> | <b>48</b> | <b>3.514.206</b> | <b>27</b> | <b>-43,8</b> |

### **F - Demonstração de Resultados**

| Demonstração de Resultados - Municípios da RAA | 2013 (€)          | 2014 (€)          | 2015 (€)          | 2014 / 2015 (%) |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------|
| Amortizações do exercício                      | 39.581.711        | 40.615.390        | 41.870.736        | 3,1             |
| Provisões do exercício                         | 3.648.098         | 427.920           | 316.431           | -26,1           |
| Custos operacionais                            | 140.132.724       | 139.070.592       | 145.674.215       | 4,7             |
| Proveitos operacionais                         | 142.306.017       | 142.612.026       | 149.547.658       | 4,9             |
| Custos e perdas financeiros                    | 3.602.229         | 3.746.150         | 3.488.756         | -6,9            |
| Proveitos e ganhos financeiros                 | 2.127.599         | 2.116.154         | 2.040.834         | -3,6            |
| Custos e perdas extraordinários                | 12.375.584        | 9.781.279         | 15.394.364        | 57,4            |
| Proveitos e ganhos extraordinários             | 16.283.388        | 17.967.536        | 18.301.390        | 1,9             |
| <b>Resultados operacionais</b>                 | <b>2.173.293</b>  | <b>3.541.434</b>  | <b>3.873.443</b>  | 9,4             |
| <b>Resultados financeiros</b>                  | <b>-1.474.629</b> | <b>-1.629.997</b> | <b>-1.447.922</b> | -11,2           |
| <b>Resultados extraordinários</b>              | <b>3.907.804</b>  | <b>8.186.257</b>  | <b>2.907.026</b>  | -64,5           |
| <b>Resultado líquido do exercício</b>          | <b>4.606.468</b>  | <b>10.097.694</b> | <b>5.332.547</b>  | -47,2           |

O resultado líquido global sofreu oscilações significativas no último triénio, como se observa no quadro resumo. Se comparamos custos e proveitos de 2014 e 2015, verificamos que a variação na parte operacional foi semelhante (4,7 e 4,9%). São os custos extraordinários, com um aumento de 57,4%, que explicam a redução de 47% nos resultados líquidos e também aqui, podemos atribuir esta variação ao encerramento de algumas empresas municipais. Os custos extraordinários também resultam do investimento delegado, mas como este diminuiu 25%, o aumento verificado terá em grande parte a ver com os processos de extinção das empresas.



#### IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL

A proposta de Orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA) para o ano de 2017, utiliza a mesma metodologia dos anos anteriores, permitindo para uma análise fácil, transparente e rigorosa deste documento.

Apresenta-se, de seguida, a estrutura da proposta do ORAA para 2017, excluindo-se o valor das operações extraorçamentais e da dotação provisional.

|                               | Milhares de Euros |
|-------------------------------|-------------------|
|                               | 2017              |
| 1. Receitas Correntes         | 857.584           |
| 2. Despesas Correntes         | 688.044           |
| 3. Encargos da Dívida Pública | 14.700            |
| 4. Saldo Corrente (1-2)       | 169.540           |
| 5. Receitas de Capital        | 296.806           |
| 6. Empréstimos                | 138.393           |
| 7. Despesas de Capital        | 518.046           |
| 8. Amortização de Dívida      | 138.943           |
| 9. Saldo de Capital (5-7)     | -221.240          |
| 10. Saldo Global (4+9)        | -51.700           |
| 11. Saldo Primário (10+3)     | -37.000           |





## **A) Orçamento da Receita**

Para o ano de 2017, prevê-se uma receita total de 1.508,6 milhões de euros. Excluindo o montante das operações extraorçamentais, na ordem dos 215,8 milhões de euros, o valor da receita atinge os 1.292,8 milhões de euros.

Ao referido valor são ainda, excluídos os passivos financeiros, centrando-se a análise apenas no âmbito da receita efetiva.

O orçamento da Região é financiado essencialmente pelas receitas próprias, pelas transferências do Orçamento de Estado e da União Europeia.

As receitas efetivas atingem o valor global de 1.154,4 milhões de euros.

A principal fonte de financiamento do orçamento continua a ser constituída pelas receitas próprias, representando estas 59,6% do total da receita efetiva.

As transferências do Orçamento de Estado e da União Europeia continuam, igualmente, a deter um peso muito significativo no financiamento do orçamento regional, representando 22,4% e 17,9%, respetivamente, do total da receita efetiva.

### **Receitas Próprias**

Em 2017, estima-se que as receitas próprias atinjam o montante de 688,4 milhões de euros, verificando-se um ligeiro acréscimo, relativamente ao ano anterior.

No âmbito destas, destacam-se as receitas fiscais, as quais, com 653,5 milhões de euros, representam 94,9% do respetivo total.

Os impostos diretos com uma previsão orçamental de 229,0 milhões de euros, menos 4,1% do que o valor orçamentado para 2016, representam cerca de 35,0% do total das receitas fiscais.

Prevê-se que a receita do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) atinja os 179,0 milhões de euros. Este valor representa um acréscimo de 1,6% na cobrança bruta deste imposto, face à sua estimativa de execução, ajustado ao nível esperado dos reembolsos previstos para o ano de 2017.



Para a receita do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), estima-se um valor de 50 milhões de euros, mantendo-se igual ao orçamentado para o ano anterior.

Os impostos indiretos, com uma previsão orçamental de 424,5 milhões de euros, mais 3,1% do que o valor orçamentado em 2016, representam cerca de 65% do total das receitas fiscais.

Estima-se uma receita do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) na ordem dos 284,0 milhões de euros, apurada nos termos previstos na Portaria n.º 77-A/2014, de 31 de março.

Para o Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP), prevê-se uma receita de 54,5 milhões de euros, mais 6,9% do que o orçamentado no ano anterior. Esta variação resulta do efeito da introdução do gasóleo colorido, ocorrida a meados de 2016.

A previsão orçamental para o Imposto sobre o Tabaco (IT) atinge o valor de 46,1 milhões de euros. Este acréscimo significativo de receita esperado, deve-se, fundamentalmente à alteração efetuada em sede do Orçamento de Estado de 2017.

Para o Imposto sobre Veículos (ISV) e o Imposto do Selo, estima-se uma previsão orçamental de 6,5 milhões de euros e de 20 milhões de euros, respetivamente. As estimativas para estes impostos tiveram por base as respetivas taxas previstas em sede de Orçamento de Estado para 2017.

Para os restantes impostos, dos quais se destaca o Imposto único de Circulação (IUC), estima-se uma de receita global de 5,1 milhões de euros, mais 7,9% do que o valor orçamentado para o ano de 2016, integrando, pela primeira vez, uma estimativa de receita sobre o jogo.

No que concerne às outras receitas próprias, orçamenta-se um valor global de 26,5 milhões de euros, o qual integra um conjunto diversificado de capítulos de receita.

### **Transferências do Orçamento do Estado**

Nos termos do estipulado na Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro – Lei das Finanças das Regiões Autónomas (LFRA), as transferências do Orçamento do Estado, para



2017 atingem o montante global de 250,5 milhões de euros, dos quais 178,9 milhões de euros que se destinam a compensar os custos de insularidade e 71,6 milhões de euros, no âmbito do Fundo de Coesão.

Estes montantes previstos de transferências do Orçamento de Estado para 2017, cumprem integralmente o disposto na referida LFRA.

### **Transferências da União Europeia**

As transferências da União Europeia deverão atingir, em 2017, o montante global de 206,9 milhões de euros, correspondentes ao cofinanciamento comunitário de um conjunto de projetos de investimento compreendidos no âmbito do capítulo 50 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

A execução desta componente de receita fica sempre condicionada à execução material e financeira dos projetos cofinanciados.

### **Operações Extraorçamentais**

O valor global orçamentado para operações extraorçamentais é de 215,8 milhões de euros, integrando verbas dos seguintes grupos de receita – operações de tesouraria, retenções de receita do Estado, com 42,0 milhões de euros e as outras operações de tesouraria, com 173,8 milhões de euros.



## A) Orçamento da Despesa

O valor total da despesa orçamentada, para 2017, atinge os 1.508,6 milhões de euros, incluindo uma previsão de 215,8 milhões de euros, em operações extraorçamentais.

A análise ao orçamento da despesa é efetuada, tal como estabelece a Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, nos termos das respetivas classificações legais, nomeadamente, a classificação económica, a classificação orgânica e a classificação funcional.

### Classificação Económica

A desagregação da despesa de acordo com a natureza das respetivas aplicações dos fundos previstos em sede orçamental, excluindo os montantes orçamentados para a dotação provisional, os montantes dos passivos financeiros e as operações extraorçamentais, é a infra apresentada.

|                                    | 2016          | %      | 2017          | %      | Var.   |
|------------------------------------|---------------|--------|---------------|--------|--------|
| 1. Despesas Correntes              | 676.778.384   | 56,3%  | 688.044.374   | 57,0%  | 1,7%   |
| Despesas com Pessoal               | 313.929.678   | 26,1%  | 315.380.200   | 26,1%  | 0,5%   |
| Transferências                     | 321.844.524   | 26,8%  | 330.904.449   | 27,4%  | 2,8%   |
| Aquisição de Bens e Serviços       | 14.726.595    | 1,2%   | 14.542.225    | 1,2%   | -1,3%  |
| Juros e Outros Encargos            | 14.700.000    | 1,2%   | 14.700.000    | 1,2%   | 0,0%   |
| Outras                             | 11.577.587    | 1,0%   | 12.517.500    | 1,0%   | 8,1%   |
| 2. Despesas de Capital             | 766.697       | 0,1%   | 565.300       | 0,0%   | -26,3% |
| Aquisição de Bens                  | 388.697       | 0,0%   | 387.300       | 0,0%   | -0,4%  |
| Outras                             | 378.000       | 0,0%   | 178.000       | 0,0%   | -52,9% |
| 3. Despesas de Funcionamento (1+2) | 677.545.081   | 56,4%  | 688.609.674   | 57,1%  | 1,6%   |
| 4. Despesas do Plano               | 524.037.513   | 43,6%  | 517.480.454   | 42,9%  | -1,3%  |
| 5. Total da Despesa (3+4)          | 1.201.582.594 | 100,0% | 1.206.090.128 | 100,0% | 0,4%   |

Estima-se que as despesas de funcionamento, atinjam os 688,6 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 1,6%, relativamente ao previsto para ano transato. Deste



total, 688,0 milhões de euros, constituem as despesas correntes, dos quais 93,9%, dizem respeito a despesas com pessoal e transferências.

As despesas com pessoal estão orçamentadas em 315,4 milhões de euros, mais 0,5% do que o estimado para 2016, acréscimo suficiente para acomodar o impacto decorrente da reposição dos cortes salariais ocorrida progressivamente ao longo do ano anterior.

A dotação proposta para o agregado das transferências correntes, atinge o valor de 330,9 milhões de euros, mais 2,8% do que o previsto para o ano transato. Acréscimo, exclusivamente, devido ao aumento de 3,1% registado nas transferências para o Serviço Regional de Saúde.

No agrupamento económico das transferências correntes, estão contempladas as verbas destinadas aos serviços pertencentes ao Serviço Regional de Saúde – com uma dotação de 300,0 milhões de euros – bem como a dotação destinada a assegurar o pagamento do complemento regional de pensões – com uma dotação de 25 milhões de euros – para além das despesas com pessoal dos diversos fundos e serviços autónomos que constituem a administração indireta da Região.

A dotação prevista para a aquisição de bens e serviços correntes é de 14,5 milhões de euros, menos 1,3% do que o correspondente valor do ano anterior. Esta redução, que se vem verificando nos últimos anos, evidencia a política de contenção imposta pelo Governo Regional a este tipo de despesas.

Para os juros da dívida pública e outros encargos, está prevista uma dotação de 14,7 milhões de euros, tendo em consideração que a Região tem conseguido manter as taxas de juro a níveis significativamente baixos.

As outras despesas correntes estão estimadas em 12,5 milhões de euros, dos quais, 12,0 milhões de euros, destinam-se ao financiamento corrente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

As despesas de capital atingem uma dotação global de apenas 0,6 milhões de euros, dos quais, 0,4 milhões de euros, destinam-se a aquisição de bens de capital e os restantes 0,2 milhões de euros, ao financiamento de despesas de capital da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.



É importante salientar que, nas despesas de funcionamento, apenas se registam acréscimos nas despesas com pessoal, devido à reposição dos cortes, nas transferências correntes para o Serviço Regional de Saúde – mais 9 milhões de euros – e nas outras despesas correntes, destinadas ao financiamento corrente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

As despesas do plano contempladas no capítulo 50 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, apresentam, em 2017, uma previsão orçamental de 517,5 milhões de euros, um montante ligeiramente inferior ao do ano anterior. Importa salientar que o orçamento regional continua a afetar uma parte significativa das suas dotações ao Plano de Investimentos, a qual, em 2017, é de cerca de 43%.

### Classificação Orgânica

A desagregação da despesa pelos diversos departamentos governamentais regionais, é explicitada de seguida, excluindo a Dotação Provisional, Passivos Financeiros e Operações Extraorçamentais.

|  | Euros                |             |                      |             |
|--|----------------------|-------------|----------------------|-------------|
|  | 2016                 | %           | 2017                 | %           |
| Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores       | 10.774.100           | 0,9%        | 12.170.800           | 1,0%        |
| Presidência do Governo Regional                            | 11.163.350           | 0,9%        | 11.367.626           | 0,9%        |
| Vice-Presidência do Governo, Emprego e Compet. Empresarial | 145.979.490          | 12,1%       | 144.624.733          | 12,0%       |
| Secretaria Regional da Solidariedade Social                | 64.017.377           | 5,3%        | 68.810.136           | 5,7%        |
| Secretaria Regional da Educação e Cultura                  | 314.108.681          | 26,1%       | 304.716.112          | 25,3%       |
| Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia           | 40.451.510           | 3,4%        | 45.542.948           | 3,8%        |
| Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas       | 170.072.200          | 14,2%       | 146.870.169          | 12,2%       |
| Secretaria Regional da Saúde                               | 331.939.204          | 27,6%       | 335.906.223          | 27,9%       |
| Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo         |                      | 0,0%        | 46.376.946           | 3,8%        |
| Secretaria Regional da Agricultura e Florestas             | 113.076.682          | 9,4%        | 89.704.435           | 7,4%        |
| <b>Total</b>   | <b>1.201.582.594</b> | <b>100%</b> | <b>1.206.090.128</b> | <b>100%</b> |

A Secretaria Regional da Saúde, a Secretaria Regional da Educação e Cultura, a Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas e a Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial representam, no seu conjunto, 77,4% do total da despesa pública prevista.



A Secretaria Regional da Saúde tem afeta uma dotação de 335,9 milhões de euros, mais 1,2% do que no ano anterior, da qual 300,0 milhões de euros destinados ao Serviço Regional de Saúde.

Para a Secretaria Regional da Educação e Cultura, está orçamentada uma dotação de 304,7 milhões de euros. Deste montante, destacam-se as verbas afetas à Direção Regional da Educação, com 215,8 milhões de euros.

À Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas ficam afetos 12,2% do total das despesas num valor de 146.9 milhões de euros, menos 13,6% do que em 2016. Esta diminuição decorre do facto de, na nova orgânica do Governo, não constarem das direções regionais do turismo e da energia.

A Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial contempla uma verba de 144,6 milhões de euros.

Salienta-se que as variações ocorridas entre 2016 e 2017 nos departamentos regionais dos transportes e obras públicas e da agricultura e florestas, decorrem das alterações orgânicas introduzidas pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2016/A, 21 de novembro (Orgânica do XII Governo Regional dos Açores), nomeadamente, em virtude da criação da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo.

O quadro seguinte apresenta a mesma estrutura orgânica da despesa global, considerando o montante das operações extraorçamentais.

|  | Euros                |             |                      |             |
|--|----------------------|-------------|----------------------|-------------|
|  | 2016                 | %           | 2017                 | %           |
| Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores         | 10.774.100           | 0,8%        | 12.170.800           | 0,9%        |
| Presidência do Governo Regional                              | 11.163.355           | 0,8%        | 11.367.636           | 0,8%        |
| Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competit. Empresarial | 380.491.570          | 26,5%       | 360.200.569          | 25,3%       |
| Secretaria Regional da Solidariedade Social                  | 64.017.382           | 4,5%        | 68.810.136           | 4,8%        |
| Secretaria Regional da Educação e Cultura                    | 314.108.681          | 21,9%       | 304.716.112          | 21,4%       |
| Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia             | 40.461.515           | 2,8%        | 45.552.948           | 3,2%        |
| Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas         | 170.082.205          | 11,8%       | 146.870.189          | 10,3%       |
| Secretaria Regional da Saúde                                 | 331.939.209          | 23,1%       | 335.906.223          | 23,6%       |
| Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo           |                      |             | 46.377.946           | 3,3%        |
| Secretaria Regional da Agricultura e Florestas               | 113.077.697          | 7,9%        | 89.904.455           | 6,3%        |
| <b>Total</b>   | <b>1.436.115.714</b> | <b>100%</b> | <b>1.421.877.014</b> | <b>100%</b> |



A Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial, com 360,2 milhões de euros, é o departamento regional com o maior peso na estrutura da despesa, com 25,3% do respetivo total, tendo em conta que as dotações afetas às operações extraorçamentais são, na quase totalidade, inscritas neste departamento.

A Secretaria Regional da Saúde tem afeta uma dotação de 335,9 milhões de euros, assumindo um peso de 23,6% no total da despesa.

Segue-se a Secretaria Regional da Educação e Cultura, com 304,7 milhões de euros, 21,4%, do total do orçamento.

Estes três departamentos representam conjuntamente, 70,3% do total previsto para a despesa de 2017.

As despesas previstas no capítulo 50 do orçamento da Região Autónoma dos Açores, para o ano de 2017, distribuídas pelos diversos departamentos da administração pública, são as que a seguir se apresentam.

|  | 2016               | %           | 2017               | Euros<br>%  |
|--|--------------------|-------------|--------------------|-------------|
| Presidência do Governo Regional                          | 4.193.950          | 0,8%        | 4.164.276          | 0,8%        |
| Vice-Presidência do Governo, Emprego e Comp. Empresarial | 78.735.750         | 15,0%       | 78.452.458         | 15,2%       |
| Secretaria Regional da Solidariedade Social              | 56.923.588         | 10,9%       | 61.982.836         | 12,0%       |
| Secretaria Regional da Educação e Cultura                | 85.964.854         | 16,4%       | 75.265.212         | 14,5%       |
| Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia         | 36.923.278         | 7,0%        | 42.088.848         | 8,1%        |
| Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas     | 134.206.059        | 25,6%       | 127.575.669        | 24,7%       |
| Secretaria Regional da Saúde                             | 37.249.704         | 7,1%        | 32.107.875         | 6,2%        |
| Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo       | 33.398.531         | 6,4%        | 36.886.696         | 7,1%        |
| Secretaria Regional da Agricultura e Florestas           | 56.441.799         | 10,8%       | 58.956.584         | 11,4%       |
| <b>Total</b>   | <b>524.037.513</b> | <b>100%</b> | <b>517.480.454</b> | <b>100%</b> |

A Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas, com 127,6 milhões de euros de dotação, é o departamento regional com o maior volume de despesas de investimento, representando 24,7% do respetivo total.





A Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial e a Secretaria Regional da Educação e Cultura, com 78,5 milhões de euros e 75,3 milhões de euros, respetivamente, contemplam, igualmente, um volume financeiro significativo, representando conjuntamente 29,7% do total das despesas de investimento previstas para 2017.

### Classificação Funcional

O quadro seguinte apresenta a estrutura da despesa global, para 2017, distribuída pelas diversas funções que ao Estado cabe desempenhar, sem as operações extraorçamentais.

|  | 2016                 | %           | 2017                 | Euros<br>%  |
|--|----------------------|-------------|----------------------|-------------|
| 1. Funções Gerais de Soberania                         | 130.075.733          | 10,8%       | 124.152.315          | 10,3%       |
| 1.01 Serviços Gerais da Administração Pública          | 130.075.733          | 10,8%       | 124.152.315          | 10,3%       |
| 2. Funções Sociais                                     | 732.301.405          | 60,9%       | 742.179.969          | 61,5%       |
| 2.01 Educação  | 275.515.487          | 22,9%       | 267.969.644          | 22,2%       |
| 2.02 Saúde   | 320.322.792          | 26,7%       | 326.122.163          | 27,0%       |
| 2.03 Segurança e Ação Social                           | 37.664.805           | 3,1%        | 41.826.764           | 3,5%        |
| 2.04 Habitação e Equipamentos Coletivos                | 60.162.218           | 5,0%        | 71.682.830           | 5,9%        |
| 2.05 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos      | 38.636.103           | 3,2%        | 34.578.568           | 2,9%        |
| 3. Funções Económicas                                  | 311.295.456          | 25,9%       | 310.705.393          | 25,8%       |
| 3.01 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca | 87.185.276           | 7,3%        | 86.918.275           | 7,2%        |
| 3.03 Transportes e Comunicações                        | 142.292.356          | 11,8%       | 140.587.066          | 11,7%       |
| 3.05 Outras Funções Económicas                         | 81.817.824           | 6,8%        | 83.200.052           | 6,9%        |
| 4. Outras Funções                                      | 27.910.000           | 2,3%        | 29.052.451           | 2,4%        |
| 4.01 Operações da Dívida Pública                       | 14.700.000           | 1,2%        | 14.700.000           | 1,2%        |
| 4.03 Diversas não Especificadas                        | 13.210.000           | 1,1%        | 14.352.451           | 1,2%        |
| <b>Total</b>   | <b>1.201.582.594</b> | <b>100%</b> | <b>1.206.090.128</b> | <b>100%</b> |

As funções sociais, com uma dotação global de 742,2 milhões de euros, são o sector com maior peso na estrutura da despesa, para 2017, representando 61,5% do respetivo total.

No âmbito das referidas funções, são os sectores da Saúde e da Educação, com 326,1 e 268,0 milhões de euros, respetivamente, os que têm maior representatividade.



As funções económicas atingem uma previsão global de 310,7 milhões de euros, representando 25,8% da despesa orçamentada. Nestas destaca-se o sector dos Transportes e Comunicações, com uma dotação de 140,6 milhões de euros, representando 45,3% das funções económicas e 11,7% do total da despesa prevista para o ano de 2017.

As funções gerais de soberania e as outras funções totalizam 153,2 milhões de euros, representando no seu conjunto 12,7% do total da despesa orçamentada para 2017.



## **B) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos**

Ao abrigo do artigo 12.º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro na sua versão atual – Lei de Enquadramento Orçamental – incluem-se na presente proposta de orçamento os mapas com as receitas globais dos Fundos e Serviços Autónomos (FSA) bem como as entidades empresariais inseridas no sector público administrativo – Ilhas de Valor, S.A., SDEA, S.A., Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo – PJCSC, SPRHI, S.A., Saudaçor, S.A., Hospital Divino Espírito Santo, E.P.E., Hospital Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E., Hospital da Horta, E.P.E., Teatro Micaelense, S.A., Atlânticoline, S.A., ATA – Associação de Turismo dos Açores, IROA, S.A., AZORINA, S.A., GSU – Gestão de Sistemas Urbanos dos Açores, especificadas segundo uma classificação orgânica, por capítulos.

As despesas globais dos FSA, também são especificadas, segundo as suas classificações orgânica, funcional e económica.

### **Classificação Económica**

Para 2017, prevê-se um orçamento consolidado de 811,9 milhões de euros, afeto aos serviços e fundos autónomos e às entidades empresariais inseridas no sector público administrativo, cuja desagregação por classificação económica, é a que de seguida se apresenta.



| DESIGNAÇÃO DA RECEITA                | Euros              | DESIGNAÇÃO DA DESPESA                       | Euros              |
|--------------------------------------|--------------------|---|--------------------|
| <b>RECEITAS CORRENTES</b>            | <b>457.957.456</b> | <b>DESPESAS CORRENTES</b>                   | <b>533.234.133</b> |
| Impostos diretos                     | 0                  | Despesas com pessoal                        | 187.454.109        |
| Impostos indiretos                   | 0                  | Aq. de bens e serviços correntes            | 220.493.643        |
| Cont. para Seg. social, C.G.A e ADSE | 0                  | Juros e outros encargos                     | 33.894.322         |
| Txs,multas e outras penalidades      | 12.036.826         | Juros da dívida pública                     | 33.894.322         |
| Rend. de propriedades                | 4.302              | Outros encargos correntes da dívida pública | 0                  |
| Transferências                       | <b>379.162.745</b> | Transferências Correntes                    | <b>67.228.557</b>  |
| Adm. Públicas                        | 306.896.477        | Adm. Públicas                               | 2.470.306          |
| Outros setores                       | 72.266.268         | Outros setores                              | 64.758.251         |
| Venda de bens e serviços correntes   | 57.945.395         | Subsídios                                   | 21.686.891         |
| Outras receitas correntes            | 8.808.188          | Outras despesas correntes                   | 2.476.611          |
| <b>RECEITAS DE CAPITAL</b>           | <b>342.797.122</b> | <b>DESPESAS DE CAPITAL</b>                  | <b>268.716.015</b> |
| Venda de bens de investimento        | 0                  | Aquisição de bens de capital                | 20.343.562         |
| Transferências                       | <b>157.172.149</b> | Transferências de Capital                   | <b>2.864.243</b>   |
| Adm. Públicas                        | 138.634.474        | Adm. Públicas                               | 595.500            |
| Outros setores                       | 18.537.675         | Outros setores                              | 2.268.743          |
| Ativos financeiros                   | 230.020            | Ativos financeiros                          | 45.043.587         |
| Passivos financeiros                 | 184.362.753        | Passivos financeiros                        | 189.681.007        |
| Outras receitas de capital           | 1.032.200          | Outras despesas de capital                  | 10.783.616         |
| <b>SUB-TOTAL</b>                     | <b>800.754.578</b> | <b>SUB-TOTAL</b>                            | <b>801.950.148</b> |
| Reposições                           | 85.988             |   |                    |
| Saldo da gerência anterior           | 1.109.582          |   |                    |
| Operações extra-orçamentais          | 9.991.051          | Operações extra-orçamentais                 | 9.991.051          |
| <b>TOTAL</b>                         | <b>811.941.199</b> | <b>TOTAL</b>                                | <b>811.941.199</b> |

A receita corrente, com 458,0 milhões de euros representa 56,4% do total orçamentado, enquanto os 342,8 milhões de euros previstos para as receitas de capital equivalem a 42,2%. Os restantes 11,2 milhões de euros referem-se a reposições, saldo da gerência anterior e operações extraorçamentais.

No agregado das receitas correntes, sobressaem as transferências, as quais, com 379,2 milhões de euros, representam 82,8% do total da receita corrente.

Do total das receitas de capital previstas, 157,2 milhões de euros respeitam a transferências.

Estima-se que a despesa, se situe igualmente nos 811,9 milhões de euros, desagregados por 533,2 milhões de euros para as despesas correntes (65,7%), 268,7 milhões de euros para as despesas de capital (33,1%) e por 10,0 milhões de euros de operações extraorçamentais (1,2%).



Do total das despesas correntes sobressaem as aquisições de bens e serviços correntes e as despesas com pessoal, que representam 41,4%, e 35,2% respetivamente, do total das despesas correntes, representando no seu conjunto, a 407,9 milhões de euros.

A despesa de capital será na ordem dos 268,7 milhões de euros, dos quais 189,7 milhões de euros dizem respeito a passivos financeiros.

### Classificação Orgânica

O orçamento dos serviços e fundos autónomos segundo a sua classificação orgânica é a que abaixo se apresenta:

| Departamentos  | Montantes em<br>€  | %              |
|--|--------------------|----------------|
| Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial | 93.784.135         | 11,55%         |
| Secretaria Regional da Solidariedade Social                        | 51.802.068         | 6,38%          |
| Secretaria Regional da Educação e Cultura                          | 23.767.724         | 2,93%          |
| Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia                   | 4.959.900          | 0,61%          |
| Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas               | 31.581.609         | 3,89%          |
| Secretaria Regional da Saúde                                       | 562.617.528        | 69,29%         |
| Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo                 | 20.325.782         | 2,50%          |
| Secretaria Regional da Agricultura e Florestas                     | 23.102.453         | 2,85%          |
| <b>Total</b>   | <b>811.941.199</b> | <b>100,00%</b> |

O departamento governamental que assume o maior peso, no total das despesas orçamentadas para os FSA, é a Secretaria Regional da Saúde, com 562,6 milhões de euros (69,3%). Dos FSA e das entidades empresariais inseridas no sector público administrativo destacam-se, pelo peso que assumem no orçamento deste departamento:

- Saudaçor, S.A. – 37,1%
- Hospital do Divino Espírito Santo – 23,8%
- Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira – 13,8%
- Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel – 8,3%

Destacam-se, ainda, a Vice Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial, a qual, com 93,8 milhões de euros representa 11,6% do total orçamentado, evidenciando-se o Fundo Regional do Emprego com 67,5% do valor orçamentado para este departamento.



## Classificação Funcional

A classificação funcional das despesas globais dos FSA, é a especificada no quadro seguinte:

| Descrição                | Montantes em €     | %              |
|--------------------------|--------------------|----------------|
| Funções Gerais Soberania | 36.779.833         | 4,5%           |
| Funções Sociais          | 639.399.640        | 78,7%          |
| Funções Económicas       | 69.098.962         | 8,5%           |
| Outras Funções           | 66.662.764         | 8,2%           |
| <b>TOTAL</b>             | <b>811.941.199</b> | <b>100,00%</b> |

As despesas afetas às funções sociais são as que mais se evidenciam, com 639,4 milhões de euros (78,7%) do total da despesa, sucedendo-se as funções económicas com 69,1 milhões de euros (8,5%), as outras funções com 66,7 milhões de euros (8,2%) e as funções gerais de soberania com 36,8 milhões de euros (4,5%).

Às funções de carácter social, são atribuídas as seguintes dotações:

- Saúde – 560,4 milhões de euros;
- Habitação e Serviços Coletivos – 44,6 milhões de euros;
- Educação – 17,7 milhões de euros;
- Segurança e Ações Sociais – 13,9 milhões de euros;
- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos – 2,7 milhões de euros.

Os 69,1 milhões de euros afetos às funções económicas decompõem-se em:

- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – 23,9 milhões de euros;
- Transportes e Comunicações – 20,6 milhões de euros;
- Comércio e Turismo – 13,6 milhões de euros;
- Indústria e Energia – 11,0 milhões de euros.

Quanto aos 66,7 milhões de euros afetos às outras funções, são na sua totalidade destinados a funções diversas não especificadas.

A importância dirigida às funções gerais de soberania será unicamente utilizada para fazer face a despesas com os serviços gerais da administração pública.



## D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo

O orçamento consolidado do Sector Público Administrativo - serviços e organismos dotados de autonomia administrativa e financeira e as entidades empresariais no âmbito do S.P.A., para 2017, é de 1.905,7 milhões de euros.

|  | (Milhões de euros) |
|--|--------------------|
| <b>Receitas Correntes</b>              | <b>1.010,3</b>     |
| Impostos Diretos                       | 229,0              |
| Impostos Indiretos                     | 424,5              |
| Contribuições para a Segurança Social  | 10,0               |
| Taxas, multas e outras penalidades     | 20,4               |
| Rendimentos de propriedade             | 4,3                |
| Transferências Correntes               | 252,9              |
| Administrações Públicas                | 180,6              |
| Outras                                 | 72,3               |
| Venda de Bens e Serviços Correntes     | 59,2               |
| Outras Receitas Correntes              | 10,0               |
| <b>Receitas de Capital</b>             | <b>665,1</b>       |
| Venda de Bens de Investimento          | 6,0                |
| Transferências de Capital              | 334,7              |
| Administrações Públicas                | 80,5               |
| Outras                                 | 254,2              |
| Ativos Financeiros                     | 0,4                |
| Passivos Financeiros                   | 322,8              |
| Outras Receitas de Capital             | 1,2                |
| <b>Outras Receitas</b>                 | <b>4,5</b>         |
| Reposições                             | 3,3                |
| Saldo de Gerência Anterior             | 1,2                |
| <b>Operações Extra-Orçamentais</b>     | <b>225,8</b>       |
| <b>Total da Receita</b>                | <b>1.905,7</b>     |
| <b>Despesas Correntes</b>              | <b>993,7</b>       |
| Despesas com Pessoal                   | 504,7              |
| Aquisição de Bens e Serviços Correntes | 269,1              |
| Juros e Outros Encargos                | 48,6               |
| Transferências Correntes               | 123,1              |
| Administrações Públicas                | 2,4                |
| Outras                                 | 120,7              |
| Subsídios                              | 24,5               |
| Outras despesas Correntes              | 23,7               |
| <b>Despesas de Capital</b>             | <b>686,2</b>       |
| Aquisição de Bens de Capital           | 131,2              |
| Transferências Capital                 | 230,8              |
| Administrações Públicas                | 0,6                |
| Outras                                 | 230,2              |
| Ativos Financeiros                     | 45,2               |
| Passivos Financeiros                   | 268,0              |
| Outras despesas de Capital             | 11,0               |
| <b>Operações Extra-Orçamentais</b>     | <b>225,8</b>       |
| <b>Total da Despesa</b>                | <b>1.905,7</b>     |



Estima-se que as receitas correntes atinjam os 1.010,3 milhões de euros (53,0% do total da receita), das quais 653,5 milhões de euros dizem respeito a receitas fiscais e os restantes 356,8 milhões de euros a outras receitas correntes.

É espectável que as receitas de capital, permitam uma arrecadação de 665,1 milhões de euros.

Do valor orçamentado para as despesas correntes (993,7 milhões de euros) 50,8% dizem respeito a despesas com pessoal (504,7 milhões de euros).

Para as despesas de capital está prevista uma execução de 686,2 milhões de euros.

O orçamento das operações extraorçamentais atinge os 225,8 milhões de euros, 11,9% do total da despesa.





## V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL

### A - Dívida Direta

A Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março – lei que aprovou o Orçamento de Estado para 2016, determinou no n.º 1 do artigo 41.º a impossibilidade da Região Autónoma dos Açores aumentar o seu endividamento líquido, excepcionando no seu n.º 2, o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida regional de projetos com a participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de fundos de apoio aos investimentos inscritos no Orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto –Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto –Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, os quais não são considerados para efeitos da dívida total da região autónoma nos termos do artigo 40.º da Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro, e desde que a referida dívida total não ultrapasse 50 % do PIB da região do ano n -1.

Em consequência do disposto, o stock da dívida pública direta da Região, a 31 de Dezembro de 2016, atingiu os 573 milhões de euros, conforme de seguida se apresenta.

(Euros)

|   | Início    | Fim       | Montante              | Capital em dívida     | Tx juro                   |
|---|-----------|-----------|-----------------------|-----------------------|---------------------------|
| Dexia Sabadell                              | 21-ago-15 | 21-ago-25 | 147.500.000,00        | 147.500.000,00        | Tx.Fixa - 1,85%           |
| Governo da República                        | 2-ago-12  | 16-ago-22 | 127.313.674,00        | 84.875.782,66         | Tx. fixas - 2,66% e 3,04% |
| Governo da República                        | 26-dez-12 | 16-ago-22 | 7.686.326,00          | 5.124.217,34          | Tx. fixa - 2,26%          |
| BIC   | 29-nov-13 | 29-nov-18 | 41.430.000,00         | 29.001.000,00         | EURIBOR + 3,25% a)        |
| Caixa Geral de Depósitos                    | 30-mai-14 | 30-mai-17 | 19.000.000,00         | 19.000.000,00         | Tx. fixa - 3,125%         |
| Sindicato BPI/CGD                           | 2-out-14  | 2-out-19  | 30.000.000,00         | 30.000.000,00         | EURIBOR + 2,125% a)       |
| Caixa Geral de Depósitos                    | 15-jun-15 | 15-jun-20 | 19.000.000,00         | 19.000.000,00         | EURIBOR + 2% a)           |
| Sindicato CGD,BPI e Millennium - Obrigações | 16-nov-15 | 17-nov-25 | 50.000.000,00         | 50.000.000,00         | EURIBOR + 2,4% a)         |
| CCAMA & CCCAM                               | 22-mar-16 | 30-mar-23 | 40.000.000,00         | 40.000.000,00         | EURIBOR + 1,75% b)        |
| Banco Santander Totta, SA                   | 16-jun-16 | 16-jun-23 | 43.500.000,00         | 43.500.000,00         | EURIBOR + 2% b)           |
| Sindicato CGD,BPI e Millennium              | 8-ago-16  | 8-ago-23  | 105.000.000,00        | 105.000.000,00        | EURIBOR + 2,2% a)         |
| <b>TOTAL</b>                                |           |           | <b>630.430.000,00</b> | <b>573.001.000,00</b> |                           |

### Serviço da Dívida Pública

Os juros da dívida pública apresentaram, em 31 de dezembro de 2016, uma execução orçamental de 14,7 milhões de euros.



A evolução dos juros, amortizações e outros encargos correntes da dívida pública, no período de 2012 a 2016, é a que abaixo se explicita.

### Juros dívida direta 2012/2016

| ANOS | JUROS  | AMORTIZAÇÕES | (Milhares de euros) |         |
|------|--------|--------------|---------------------|---------|
|      |        |              | OUTROS ENCARGOS     | TOTAL   |
| 2012 | 15.013 | 127.314      | 278                 | 142.605 |
| 2013 | 14.609 | 79.980       | 526                 | 95.115  |
| 2014 | 15.527 | 19.143       | 125                 | 34.795  |
| 2015 | 13.813 | 19.143       | 273                 | 33.229  |
| 2016 | 13.804 | 138.943      | 866                 | 153.613 |

Em 2016, ao abrigo do artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2016/A, de 8 de janeiro, a Região foi autorizada a contrair empréstimos, incluindo créditos bancários, até ao montante de € 188 943 000, dos quais € 138 943 000 respeitam a operações de refinanciamento e os restantes destinam-se ao financiamento de projetos com participação de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

### B – Avals

No final de 2016, a responsabilidade da Região com avals, atingiu os 877,4 milhões de euros, repartidos da forma que de seguida se explicita.



### Responsabilidades com avales a 31 de dezembro de 2016

| AVAL         | MUTUANTE   | MUTUÁRIO       | CAPITAL INICIAL         | RESPONSABILIDADE      |
|--------------|--|----------------|-------------------------|-----------------------|
| 1/02         | B.E.I.   | E.D.A., S.A.   | 20.000.000,00           | 2.000.000,00          |
| 2/03         | B.E.I.   | E.D.A., S.A.   | 40.000.000,00           | 8.000.000,00          |
| 1/05         | B.E.I.   | E.D.A., S.A.   | 30.000.000,00           | 12.000.000,00         |
| 2/05         | Credit Suisse First Boston                             | SAUDAÇOR, S.A. | 80.000.000,00           | 80.000.000,00         |
| 3/05         | Credit Suisse First Boston                             | SPRHI, S.A.    | 30.000.000,00           | 30.000.000,00         |
| 1/07         | Caixa Geral de Depósitos                               | SPRHI, S.A.    | 26.000.000,00           | 26.000.000,00         |
| 1/08         | Déxia Credit local                                     | SPRHI, S.A.    | 11.400.000,00           | 2.442.857,19          |
| 1/09         | Déxia Credit local                                     | SPRHI, S.A.    | 9.000.000,00            | 2.250.000,00          |
| 1/10         | BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA              | SPRHI, S.A.    | 4.500.000,00            | 879.237,31            |
| 2/10         | Caixa Geral de Depósitos, SA                           | SAUDAÇOR, S.A. | 15.000.000,00           | 14.396.303,72         |
| 2/12         | C.C.A.M. dos Açores                                    | SAUDAÇOR, S.A. | 6.000.000,00            | 612.244,88            |
| 3/12         | Banco BPI  | LOTAÇOR, S.A.  | 11.300.000,00           | 7.050.000,00          |
| 4/12         | Caixa Geral de Depósitos, SA                           | SAUDAÇOR, S.A. | 30.500.000,00           | 27.890.446,20         |
| 1/13         | Caixa económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo   | LOTAÇOR, S.A.  | 1.500.000,00            | 986.058,75            |
| 2/13         | BANIF- banco Internacional do Funchal, SA              | SPRHI, S.A.    | 22.000.000,00           | 15.000.000,00         |
| 3/13         | Banco Português de Gestão                              | SINAGA,S.A.    | 1.650.000,00            | 1.650.000,00          |
| 5/13         | BANIF- banco Internacional do Funchal, SA              | SAUDAÇOR, S.A. | 20.400.000,00           | 16.862.351,23         |
| 6/13         | Caixa Geral de Depósitos, SA                           | SAUDAÇOR, S.A. | 5.400.000,00            | 4.760.820,14          |
| 7/13         | Caixa Geral de Depósitos, SA                           | SAUDAÇOR, S.A. | 34.000.000,00           | 31.134.423,64         |
| 1/14         | Caixa de Crédito Agrícola Mutuo dos Açores             | IROA, S.A.     | 4.945.000,00            | 4.614.168,59          |
| 3/14         | B.E.I.   | E.D.A., S.A.   | 50.000.000,00           | 30.000.000,00         |
| 4/14         | Banco Bic Português, S.A.                              | SAUDAÇOR, S.A. | 12.100.000,00           | 8.470.000,00          |
| 7/14         | Banco Espírito Santo os Açores, S.A.                   | Ilhas de Valor | 4.200.000,00            | 3.800.000,00          |
| 9/14         | Caixa Económica Montepio Geral, S.A.                   | SPRHI, S.A.    | 2.500.000,00            | 2.086.125,37          |
| 10/14        | BANIF- banco Internacional do Funchal, SA              | LOTAÇOR, S.A.  | 2.000.000,00            | 2.000.000,00          |
| 11/14        | Banco Santander Totta, SA.                             | SAUDAÇOR, S.A. | 5.000.000,00            | 3.203.165,24          |
| 12/14        | Banco Português de Gestão, S.A.                        | SAUDAÇOR, S.A. | 4.000.000,00            | 2.500.000,00          |
| 15/14        | Banco Espírito Santo os Açores, S.A.                   | AZORINA, S.A.  | 1.600.000,00            | 1.445.281,67          |
| 16/14        | Caixa económica da Misericórdia de AH                  | SINAGA,S.A.    | 4.500.000,00            | 4.281.433,55          |
| 17/14        | Dexia Sabadell, S.A.                                   | PA,S.A.        | 2.750.000,02            | 1.375.000,00          |
| 18/14        | Banco Finantia, S.A.                                   | SAUDAÇOR, S.A. | 100.000.000,00          | 100.000.000,00        |
| 19/14        | IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana | SPRHI, S.A.    | 1.777.134,00            | 1.501.542,88          |
| 20/14        | Banco Espírito Santo, S.A.                             | SAUDAÇOR, S.A. | 40.000.000,00           | 40.000.000,00         |
| 21/14        | Banco Espírito Santo dos Açores, S.A.                  | LOTAÇOR, S.A.  | 4.000.000,00            | 4.000.000,00          |
| 22/14        | IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana | SPRHI, S.A.    | 608.620,80              | 533.376,50            |
| 23/14        | Millennium BCP   | PA,S.A.        | 10.000.000,00           | 8.655.462,16          |
| 1/15         | Banco Finantia, S.A.                                   | SPRHI, S.A.    | 20.000.000,00           | 20.000.000,00         |
| 2/15         | Novo Banco dos Açores, S.A.                            | SINAGA,S.A.    | 1.755.000,00            | 1.755.000,00          |
| 3/15         | BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA              | SINAGA,S.A.    | 6.941.000,00            | 6.941.000,00          |
| 4/15         | Caixa económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo   | Ilhas de Valor | 4.000.000,00            | 4.000.000,00          |
| 5/15         | Caixa Económica Montepio Geral, S.A.                   | SAUDAÇOR, S.A. | 10.000.000,00           | 10.000.000,00         |
| 6/15         | BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA              | SAUDAÇOR, S.A. | 20.000.000,00           | 20.000.000,00         |
| 7/15         | BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA              | HDES,PD- EPE   | 10.661.709,79           | 9.684.230,12          |
| 8/15         | BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA              | HH-EPE         | 4.850.597,69            | 4.407.275,14          |
| 9/15         | BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA              | HSEAH - EPE    | 7.492.012,28            | 6.794.909,02          |
| 10/15        | Caixa económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo   | LOTAÇOR, S.A.  | 3.500.000,00            | 3.040.113,92          |
| 11/15        | Caixa económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo   | AZORINA, S.A.  | 800.000,00              | 759.097,14            |
| 12/15        | Banco Comercial Português, S.A.                        | SAUDAÇOR, S.A. | 50.000.000,00           | 50.000.000,00         |
| 13/15        | BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA              | PA,SA          | 4.900.000,00            | 4.900.000,00          |
| 1/16         | Caixa Geral de Depósitos, SA                           | SAUDAÇOR, S.A. | 34.924.467,18           | 33.518.902,93         |
| 2/16         | Caixa de Crédito Agrícola Mutuo dos Açores             | SINAGA,SA      | 4.845.000,00            | 4.845.000,00          |
| 3/16         | Novo Banco dos Açores, S.A.                            | SAUDAÇOR, S.A. | 3.250.000,00            | 3.250.000,00          |
| 4/16         | Novo Banco dos Açores, S.A.                            | SPRHI,S.A      | 5.000.000,00            | 5.000.000,00          |
| 5/16         | Caixa económica da Misericórdia de AH                  | SAUDAÇOR, S.A. | 5.000.000,00            | 5.000.000,00          |
| 6/16         | Caixa económica da Misericórdia de AH                  | LOTAÇOR, S.A.  | 1.750.000,00            | 1.676.901,95          |
| 7/16         | Santander Totta, S.A.                                  | PA, S.A.       | 12.500.000,00           | 12.500.000,00         |
| 8/16         | Banco BIC Português, S.A.                              | PA, S.A.       | 6.050.000,00            | 6.050.000,00          |
| 9/16         | Novo Banco, S.A.                                       | HDES, EPE      | 34.200.000,00           | 32.555.555,56         |
| 10/16        | Banco Comercial Português, S.A.                        | SAUDAÇOR, S.A. | 75.000.000,00           | 75.000.000,00         |
| 11/16        | Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, C.R.L.     | AZORINA, S.A.  | 725.000,00              | 725.000,00            |
| 12/16        | Banco Finantia, S.A.                                   | SPRHI,SA       | 20.000.000,00           | 20.000.000,00         |
| 13/16        | Santander Totta, S.A.                                  | SPRHI,SA       | 25.000.000,00           | 25.000.000,00         |
| 14/16        | Novo Banco dos Açores, S.A.                            | LOTAÇOR, S.A.  | 1.600.000,00            | 1.600.000,00          |
| 15/16        | Santander Totta, S.A.                                  | SAUDAÇOR, S.A. | 6.000.000,00            | 6.000.000,00          |
| <b>TOTAL</b> |  |                | <b>1.029.375.541,76</b> | <b>877.383.284,80</b> |



Para o ano de 2016 foi definido um *plafond* de avales de 236,0 milhões de euros aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2016-A, de 8 de janeiro.

O *plafond* de avales proposto para o ano de 2017, é de 150 milhões de euros, em termos de fluxos líquidos anuais.



## **VI - Sector Público Empresarial Regional**

O Setor Público Empresarial Regional (SPER) é constituído pelo conjunto das unidades produtivas da Região, organizadas e geridas de forma empresarial, integrando as empresas públicas e as empresas participadas pela Região Autónoma dos Açores.

O SPER integra atualmente um conjunto de empresas que incorporam dinâmicas importantes nas suas áreas de atividade e abrangem diversos setores de atividade, como Energia, Turismo, Pescas, Ambiente e Transportes, constituindo um importante instrumento de política económica e social.

O SPER é responsável pela construção e gestão de infraestruturas públicas fundamentais, pela prestação de serviços públicos essenciais, e por um conjunto diversificado de outras funções de carácter instrumental, nos mais diversos setores e domínios.

A importância do Setor Público Empresarial Regional não se resume à sua atividade. Desempenha um papel fulcral no desenvolvimento económico regional através da criação de emprego, do desenvolvimento rural e da coesão social e territorial, do contributo para o Produto Interno Bruto da Região, para a Formação Bruta de Capital Fixo, para as exportações e para os Proveitos.

Numa região ultraperiférica como a Região Autónoma dos Açores, o SPER, em alguns casos, substitui-se à iniciativa privada devido à fraca atratividade e dimensão que o mercado apresenta. Contudo, essa substituição é fundamental para garantir o desenvolvimento local, o desenvolvimento regional harmonioso e o bem-estar social e económico da população.

Atualmente, o universo do SPER da Região é constituído pela participação direta em 16 empresas, 11 das quais com capital exclusivamente público, 4 com participação maioritária e 1 com participação minoritária

Das dezasseis empresas em que a Região participa diretamente, detém a totalidade do capital em onze:

- Soudaço – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamento de Saúde dos Açores, S.A.;
- Hospital do Divino Espírito Santo, E.P.E.;
- Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.;



- Hospital da Horta, E.P.E.;
- Sata SGPS, S.A.;
- Portos dos Açores, S.A.;
- Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A.;
- SPRHI – Sociedade de Reabilitação de Habitação e Infraestruturas, S.A.;
- Azorina – Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A.;
- IROA – Instituto Regional do Ordenamento Agrário, S.A.;
- SDEA – Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, E.P.E.R.

Tem participação direta maioritária em quatro empresas:

- Ilhas de Valor, S.A.;
- EDA – Electricidade dos Açores, S.A.;
- Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, S.A.;
- Pousadas de Juventude dos Açores, S.A.

Para além das participações diretas, a Região detém um conjunto de participações indiretas, maioritariamente integradas em grupos empresariais:

- Grupo Eda (Eda, Globaleda, Eda Renováveis, Segma, Norma, GSU Açores, Oniaçores, Controlauto e NOS Açores Comunicações);
- Grupo Sata (Sata Air Açores, Sata Internacional, Sata Aeródromos, Sata Express, Azores Express, Sata SGPS e VERDEGOLF e Ilhas de Valor).
- Grupo Portos dos Açores (Portos dos Açores, Atlanticoline, Naval Canal, OPERPDL, OPERTERCEIRA, OPERTRI e Ilhas de Valor).
- Grupo Lotaçor (Lotaçor, Espada Pescas, Santa Catarina e Companha);
- Grupo Ilhas de Valor (Ilhas de Valor, Sinaga, Pousada de Juventude da Caldeira do Santo Cristo e Melo Abreu).

O Grupo EDA tem a participação direta ou indireta no capital social de 8 empresas, sendo que em 3 corresponde a participações em empresas privadas, o grupo SATA participa em 7 empresas e o Grupo Portos dos Açores em seis. O Grupo LOTAÇOR e o Grupo Ilhas de Valor detêm participação em 3 empresas.



No âmbito da política de reestruturação do Setor Público Empresarial que Governo Regional dos Açores tem vindo a desenvolver, já foram alienadas, extintas e/ou fusionadas 21 empresas, número que ainda deverá aumentar.

Para além das participações em entidades societárias, a Região também participa diretamente no capital social de sete entidades não societárias:

- ATA – Associação de Turismo dos Açores;
- ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores;
- INOVA – Instituto para a Inovação Tecnológica dos Açores;
- Observatório Turismo dos Açores;
- Associação Portas do Mar;
- AAFTH – Associação Açoriana de Formação Turística e Hoteleira;
- ASSOCIAÇÃO NONAGON - Parque de Ciência e Tecnologia de S. Miguel.

E indiretamente em duas entidades não societárias:

- FEJC – Fundação Eng. José Cordeiro;
- AGESPI - Associação para a Gestão Parque Industrial Ilha Terceira.

Os quadros seguintes apresentam as participações detidas direta e indiretamente pela Região, em percentagem do capital, considerando as participações indiretas de 2º grau.



Região Autónoma dos Açores  
Vice - Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional do Orçamento e Tesouro

**PARTICIPAÇÕES DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES NAS EMPRESAS DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL - 2016**

| PARTICIPAÇÕES DA RAA   | PARTICIPAÇÃO DIRETA | PARTICIPAÇÕES ENTRE EMPRESAS DO SPER |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | PARTICIPAÇÃO INDIRETA | TOTAL DE PARTICIPAÇÃO |
|--|---------------------|--------------------------------------|-----------------|-----------------------|-----------|-----------------|-------------|-------------|---------------|----------------------|----------------------|------------|----------------------|--------|-----------------------|-----------------------|
|  |                     | RAA                                  | SATA SGPS, S.A. | SATA AIR AÇORES, S.A. | EDA, S.A. | EDA RENOV. S.A. | SEGMA, LDA. | NORMA, S.A. | LOTAÇOR, S.A. | SANTA CATARINA, LDA. | ATLANTI COLINE, S.A. | P.A., S.A. | ILHAS DE VALOR, S.A. | SINAGA |                       |                       |
| Saudaçor - Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores      | 100,00%             |                                      |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 0,00%                 | 100,00%               |
| Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E                        | 100,00%             |                                      |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 0,00%                 | 100,00%               |
| Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E                               | 100,00%             |                                      |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 0,00%                 | 100,00%               |
| Hospital da Horta, E.P.E   | 100,00%             |                                      |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 0,00%                 | 100,00%               |
| Sata Air Açores - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A.                 |                     | 100,00%                              |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 100,00%               | 100,00%               |
| Sata Internacional - Serviço e Transportes Aéreos, S.A.                          |                     |                                      | 100,00%         |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 100,00%               | 100,00%               |
| Sata - Gestão de Aeródromos, S.A.  |                     |                                      | 100,00%         |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 100,00%               | 100,00%               |
| SATA EXPRESS INC. CAN  |                     |                                      | 100,00%         |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 100,00%               | 100,00%               |
| AZORES EXPRESS INC. USA  |                     |                                      | 100,00%         |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 100,00%               | 100,00%               |
| VERDGOLF, S.A.   |                     |                                      | 0,75%           |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 0,75%                 | 0,75%                 |
| Sata - Sociedade de Transportes Aéreos SGPS, S.A.                                | 100,00%             |                                      |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 0,00%                 | 100,00%               |
| Naval Canal Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.                     |                     |                                      |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      | 100,00%              |            |                      |        | 100,00%               | 100,00%               |
| Atlânticoline, S.A.  | 16,03%              |                                      |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      | 83,97%               |            |                      |        | 83,97%                | 100,00%               |
| OPERPDL - Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda                |                     |                                      |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      | 20,00%               |            |                      |        | 20,00%                | 20,00%                |
| OPERTERCERA - Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda         |                     |                                      |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      | 20,00%               |            |                      |        | 20,00%                | 20,00%                |
| OPERTRI - Sociedade de Operações Portuárias, LDP.                                |                     |                                      |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      | 20,00%               |            |                      |        | 20,00%                | 20,00%                |
| Portos dos Açores, S.A.  | 100,00%             |                                      |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 0,00%                 | 100,00%               |
| Lotaçor - Serviço de Lotas dos Açores, S.A.                                      | 100,00%             |                                      |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 0,00%                 | 100,00%               |
| Espada Pescas, Unipessoal Lda.   |                     |                                      |                 |                       |           |                 |             |             | 100,00%       |                      |                      |            |                      |        | 100,00%               | 100,00%               |
| Santa Catarina - Industria Conserveira Lda.                                      |                     |                                      |                 |                       |           |                 |             |             | 100,00%       |                      |                      |            |                      |        | 100,00%               | 100,00%               |
| Companha - Sociedade Pesqueira Lda.  |                     |                                      |                 |                       |           |                 |             |             |               | 94,00%               |                      |            |                      |        | 94,00%                | 94,00%                |
| Ilhas de Valor, S.A.   | 99,44%              |                                      | 0,28%           |                       |           |                 |             |             |               |                      | 0,28%                |            |                      |        | 0,56%                 | 100,00%               |
| Sinaga - Sociedade de Indústrias Agrícolas Açoreanas, S.A.                       |                     |                                      |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      | 100,00%    |                      |        | 100,00%               | 100,00%               |
| Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.                           |                     |                                      |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      | 60,87%     |                      |        | 60,87%                | 60,87%                |
| Electricidade dos Açores (EDA), S.A.   | 50,10%              |                                      |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 0,00%                 | 50,10%                |
| Globalada - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.                      |                     |                                      |                 | 74,90%                |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 37,52%                | 37,52%                |
| EDA Renováveis   |                     |                                      |                 | 99,68%                |           | 0,32%           |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 50,10%                | 50,10%                |
| Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção (SEGMA), Lda.                        |                     |                                      |                 | 90,00%                | 10,00%    |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 50,10%                | 50,10%                |
| Norma-Açores, Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.     |                     |                                      |                 | 62,63%                |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 31,38%                | 31,38%                |
| Oniçores - Infocomunicações, S.A.  |                     |                                      |                 | 40,00%                | 0,001%    | 0,001%          |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 20,04%                | 20,04%                |
| Controauto - Açores, Controlo Técnico Automóvel, Lda.                            |                     |                                      |                 |                       |           |                 |             | 60,00%      |               |                      |                      |            |                      |        | 18,83%                | 18,83%                |
| NOS Açores Comunicações, S.A.  |                     |                                      |                 | 6,18%                 |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 3,10%                 | 3,10%                 |
| Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas (SPRH), S.A. | 100,00%             |                                      |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 0,00%                 | 100,00%               |
| Azorina - Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A.          | 100,00%             |                                      |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 0,00%                 | 100,00%               |
| Teatro Micaelense - Centro Cultural e de Congressos, S.A.                        | 99,81%              |                                      |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 0,00%                 | 99,81%                |
| Pousadas de Juventude dos Açores, S.A.   | 51,00%              |                                      |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 0,00%                 | 51,00%                |
| IROA, S.A.   | 100,00%             |                                      |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 0,00%                 | 100,00%               |
| SDEA - Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, E.P.E.R.         | 100,00%             |                                      |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      |            |                      |        | 0,00%                 | 100,00%               |
| GSU Açores - Gestão de Sistemas Urbanos dos Açores, Soc. Unipessoal, Lda.        |                     |                                      |                 |                       |           |                 |             | 100,00%     |               |                      |                      |            |                      |        | 31,38%                | 31,38%                |
| Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João Melo Abreu, Lda.                        |                     |                                      |                 |                       |           |                 |             |             |               |                      |                      |            | 15,00%               |        | 15,00%                | 15,00%                |





**PARTICIPAÇÕES DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES EM ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS - ASSOCIAÇÕES 2016**

| PARTICIPAÇÕES DA RAA  | PARTICIPAÇÃO DIRETA | PARTICIPAÇÕES ENTRE EMPRESAS/ASSOCIAÇÕES DO SPER |        |                 |          |            |          |        | PARTICIPAÇÃO INDIRETA | TOTAL DE PARTICIPAÇÃO |        |
|---|---------------------|--|--------|-----------------|----------|------------|----------|--------|-----------------------|-----------------------|--------|
|   |                     | Identificação da Entidade                        | RAA    | SATA AIR AÇORES | EDA, S.A | EDA RENOV. | PA, S.A. | INOVA  |                       |                       | AAFTH  |
| ASSOCIAÇÃO TURISMO AÇORES (ATA)                                   | 18,29%              | 14,63%   |        |                 |          |            |          |        |                       | 14,63%                | 32,92% |
| ENTA - ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS DOS AÇORES                     | 22,00%              |  | 2,00%  |                 |          | 70,00%     |          |        |                       | 45,91%                | 67,91% |
| INOVA- INST. INOVAÇÃO TECNOLOGIA DOS AÇORES                       | 65,59%              |  | 0,77%  |                 |          |            |          |        |                       | 0,00%                 | 65,59% |
| OBSERVATÓRIO DO TURISMO DOS AÇORES                                | 55,56%              |  |        |                 |          |            |          | 22,22% |                       | 4,06%                 | 59,62% |
| ASSOCIAÇÃO PORTAS DO MAR  | 28,57%              |  |        |                 | 28,57%   |            | 7,14%    | 7,14%  |                       | 32,55%                | 61,12% |
| AAFTH - ASS. AÇORIANA FORM.TURÍSTICA E HOTELEIRA                  | 50,00%              | 25,00%   |        |                 |          |            |          |        |                       | 25,00%                | 75,00% |
| FEJC- FUNDAÇÃO ENGº JOSÉ CORDEIRO                                 |                     |  | 33,68% | 25,91%          |          |            |          |        |                       | 29,85%                | 29,85% |
| AGESPI - ASS. GESTÃO PARQUE INDUSTRIAL ILHA TERCEIRA              |                     |  |        |                 | 25,00%   |            |          |        |                       | 25,00%                | 25,00% |
| ASSOCIAÇÃO NONA GON - PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE S. MIGUEL | 70,00%              |  |        |                 |          |            |          |        |                       | 0,00%                 | 70,00% |